

Metrus - Instituto de Seguridade Social

*Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2013 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores, Patrocinadores e Participantes do
Metrus - Instituto de Seguridade Social
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Metrus - Instituto de Seguridade Social ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pelo Instituto, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução nº 8, de 31 de outubro de 2010, do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC) em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis do Instituto. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Metrus - Instituto de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfases

Contingência não provisionada

Conforme mencionado na nota explicativa nº. 12 às demonstrações contábeis, o Instituto foi acionado judicialmente pela empresa EMTEL - Recursos Humanos e Serviços Terceirizados Ltda., para a cobrança de créditos referentes à prestação de serviços de mão de obra para o Programa Estadual "Turma da Rua", de responsabilidade da patrocinadora Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô. O valor total da discussão judicial, atualizado até 31 de dezembro de 2013 é, de acordo com estimativas da Administração do Instituto, de R\$228.483 mil. A Administração do Instituto, suportada pelos seus assessores jurídicos que classificam a probabilidade de perda das ações judiciais como remota, entende que caso este tenha que suportar condenações judiciais derivadas do referido programa, os recursos necessários para cumpri-las deverão ser arcados pelo Governo do Estado de São Paulo, acionista controlador da patrocinadora. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Aplicações em títulos de emissão de instituição financeira em processo de liquidação extrajudicial

Conforme mencionado na nota explicativa nº. 4.3.1.2.b às demonstrações contábeis, o Instituto possui em 31 de dezembro de 2013 aplicações em certificados de depósitos bancários de emissão do Banco Cruzeiro do Sul S.A. – Em Liquidação Extrajudicial, cujos saldos totais naquela data eram de R\$ 61.591 mil, sendo R\$ 33.474 mil no Plano de Benefícios I, R\$ 18.137 mil no Plano de Benefícios II e R\$ 9.980 mil nos planos assistenciais, denominados em conjunto "Metrus Saúde". O Banco emissor teve sua liquidação extrajudicial decretada em 14 de setembro de 2012 e, em 9 de outubro de 2013, foram publicados o balanço patrimonial e o quadro geral de credores, onde consta o reconhecimento de obrigações do Banco para com o Instituto, correspondente à fração dos valores aplicados. Com base nas informações prestadas pelo liquidante e assessorada por consultores jurídicos externos, em 31 de dezembro de 2013, o Instituto reverteu a provisão para perda parcialmente no montante de R\$ 31.117 mil (R\$ 16.912 mil do Plano de Benefícios I, R\$ 9.163 mil do Plano de Benefícios II e R\$ 5.042 mil do Plano Assistencial). O recebimento dos valores registrados contabilmente pelo Instituto está condicionado à conclusão do processo de liquidação extrajudicial pelo liquidante do Banco. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Reclassificação de títulos e valores mobiliários

Conforme mencionado na nota explicativa 4.3(i), chamamos à atenção sobre a reclassificação efetuada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 de aplicações em Notas do Tesouro Nacional, da categoria “mantidos até o vencimento” para a categoria “para negociação”, efetuada nos Planos de Benefícios I e II, gerando um ganho de R\$90.393 mil no Instituto, sendo R\$65.856 mil no Plano de Benefícios I, e de R\$24.537 mil no Plano de Benefícios II, correspondente à precificação dessas aplicações a valores de mercado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

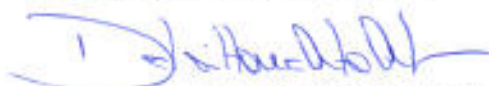
Outros assuntos

Informações contábeis dos planos assistenciais denominados em conjunto “Metrus Saúde”

Conforme mencionado na nota explicativa nº. 11 às demonstrações contábeis, as informações contábeis referentes aos planos assistenciais denominados em conjunto “Metrus Saúde”, que contemplam o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, conforme requerido pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

O Instituto apresenta separadamente um conjunto completo de demonstrações contábeis do “Metrus Saúde” para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sobre as quais emitimos relatório dos auditores independentes separado, não contendo qualquer modificação, com data de 17 de março de 2014. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 17 de março de 2014



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº1 RJ 076328/O-2

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

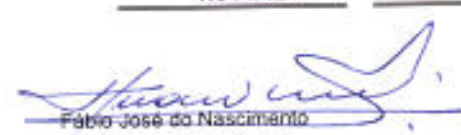
ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>Disponível</u>	<u>4.131</u>	<u>3.896</u>
<u>Realizável</u>	<u>1.523.769</u>	<u>1.446.342</u>
Gestão Previdencial	6.839	6.125
Gestão Administrativa	13.893	12.282
Investimentos	<u>1.503.037</u>	<u>1.427.935</u>
Títulos Públicos	490.346	501.957
Créditos Privados e Depósitos	361.627	350.641
Ações	150.389	99.909
Fundos de Investimento	309.256	309.410
Investimentos Imobiliários	95.331	81.376
Empréstimos	94.956	83.510
Depósitos Judiciais / Recursais	742	742
Outros Realizáveis	390	390
<u>Permanente</u>	<u>11.201</u>	<u>11.135</u>
Imobilizado	10.667	10.675
Intangível	498	353
Diferido	36	107
<u>Gestão Assistencial</u>	<u>105.020</u>	<u>112.548</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>1.644.121</u>	<u>1.573.921</u>



Fábio Mazzeo
Diretor Presidente
CPF: 023.507.298-26



Valtter Renato Gregori
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 027.283.548-04



Fábio José do Nascimento
Diretor de Benefícios
CPF: 756.442.238-68



Antonio Carlos Pereira
Gerente de Controladoria
CPF: 945.640.518-49
CRC 1SP200578/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de reais)

PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>Exigível operacional</u>	88.267	43.292
Gestão Previdencial	3.684	3.408
Gestão Administrativa	2.807	2.496
Investimentos	81.776	37.388
<u>Exigível contingencial</u>	10.445	9.691
Gestão Previdencial	45	24
Gestão Administrativa	9.658	8.925
Investimentos	742	742
<u>Patrimônio Social</u>	1.440.389	1.408.390
<u>Patrimônio de Cobertura do Plano</u>	1.400.891	1.368.264
Provisões matemáticas	1.405.459	1.375.294
Benefícios concedidos	511.741	501.416
Benefícios a conceder	1.022.417	1.009.029
(-) Provisões matemáticas a constituir	(128.699)	(135.151)
Equilíbrio Técnico	(4.568)	(7.030)
Resultados Realizados	(4.568)	(7.030)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(4.568)	(7.030)
Fundos	39.498	40.126
Fundos Previdenciais	10.186	9.838
Fundos Administrativos	26.518	25.653
Fundos de Investimentos	2.794	4.635
<u>Gestão Assistencial</u>	105.020	112.548
TOTAL DO PASSIVO	1.644.121	1.573.921

Fábio Mazzeo
 Diretor Presidente
 CPF: 023.507.298-26

Valter Renato Gregori
 Diretor Administrativo-Financeiro
 CPF: 027.283.548-04

Fábio José do Nascimento
 Diretor de Benefícios
 CPF: 758.442.238-88

Antonio Carlos Pereira
 Gerente de Controladoria
 CPF: 945.640.518-49
 CRC 1SP200578/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - Início do exercício	1.493.676	1.253.026	19,21
	1. Adições	237.691	454.818	(47,74)
(+)	Contribuições Previdenciais	90.594	107.254	(15,53)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.348	206.542	(99,35)
(+)	Receitas Administrativas	25.421	28.371	(10,40)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	695	2.152	(67,70)
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	-	743	(100,00)
(+)	Receitas Assistenciais	119.633	109.756	9,00
	2. Destinações	(216.456)	(214.168)	1,07
(-)	Benefícios	(58.946)	(80.129)	(26,44)
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	-
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(21)	(20)	5,00
(-)	Despesas Administrativas	(25.250)	(23.205)	8,82
(-)	Reversão de Fundos de Investimentos	(1.841)	-	100,00
(-)	Despesas Assistenciais	(130.398)	(110.814)	17,67
	3. Acréscimo / Decréscimo do Patrimônio Social (1+2)	21.233	240.650	(91,18)
(+/-)	Provisões Matemáticas	30.165	175.542	(82,82)
(+/-)	Superávit Técnico do Exercício	2.462	56.765	(95,66)
(+/-)	Fundos Previdenciais	348	1.341	(74,05)
(+/-)	Fundos Administrativos	865	7.318	(88,18)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	(1.841)	743	(347,78)
(+/-)	Gestão Assistencial	(10.766)	(1.058)	917,58
	4. Operações Transitórias	-	-	-
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	1.514.909	1.493.676	1,42


Fábio Mazzeo
Diretor Presidente
CPF: 023.507.298-26


Valter Renato Gregori
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 027.283.548-04


Fábio José do Nascimento
Diretor de Benefícios
CPF: 756.442.238-68


Antonio Carlos Pereira
Gerente de Controladoria
CPF: 945.640.518-49
CRC 1SP200578/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS I - BD

	DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	914.329	803.125	13,84
	1. Adições	39.055	188.333	(79,26)
(+)	Contribuições	39.055	39.584	(1,28)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	148.769	(100,00)
	2. Destinações	(59.711)	(77.129)	(22,58)
(-)	Benefícios	(52.073)	(74.980)	(30,55)
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(6.531)	-	100,00
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(21)	(20)	5,00
(-)	Custeio Administrativo	(1.086)	(2.129)	(48,99)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(20.656)	111.204	(118,57)
(+/-)	Provisões Matemáticas	(20.486)	47.182	(143,42)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(170)	64.022	(100,26)
	4. Operações Transitórias	-	-	
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	893.673	914.329	(2,26)
	C) Fundos não previdenciais	17.719	19.845	(10,71)
(+/-)	Fundos Administrativos	17.355	17.104	1,47
(+/-)	Fundos dos Investimentos	364	2.741	(86,72)


Fábio Mazzeo
Diretor Presidente
CPF: 023.507.296-28


Fábio José de Nascimento
Diretor de Benefícios
CPF: 756.442.238-68


Valter Renato Gregori
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 027.283.548-04


Antonio Carlos Pereira
Gerente de Controladoria
CPF: 945.640.518-49
CRC 1SP200578/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS II - CV

	DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
	A) Ativo Líquido – início do exercício	463.773	341.330	35,87
	1. Adições	61.225	128.814	(52,47)
(+)	Contribuições	53.347	71.041	(24,91)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	7.878	57.773	(88,36)
	2. Destinações	(7.595)	(6.371)	19,21
(-)	Benefícios	(6.872)	(5.148)	33,49
(-)	Custeio Administrativo	(723)	(1.223)	(40,88)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	53.630	122.443	(56,20)
(+/-)	Provisões Matemáticas	50.650	128.359	(60,54)
(+/-)	Fundos Previdenciais	348	1.341	(74,05)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	2.632	(7.257)	(136,27)
	4. Operações Transitórias	-	-	-
	B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3+4)	517.403	463.773	11,56
	C) Fundos não previdenciais	11.592	10.443	11,00
(+/-)	Fundos Administrativos	9.163	8.549	7,18
(+/-)	Fundos dos Investimentos	2.429	1.894	28,25


Fábio Mazzeo
Diretor Presidente
CPF: 023.507.298-26


Fábio José do Nascimento
Diretor de Benefícios
CPF: 758.442.238-68


Valter Renato Gregori
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 027.283.548-04


Antonio Carlos Pereira
Gerente de Controladoria
CPF: 945.640.518-49
CRC 1SP200578/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



METRUS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS I - BD

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
1. Ativos	966.843	959.895	0,72
Disponível	1.448	1.237	17,06
Receível	20.463	20.114	1,73
Investimento	944.932	938.544	0,68
Títulos Públicos	346.536	412.996	(16,09)
Créditos Privados e Depósitos	240.409	231.399	3,89
Ações	84.571	55.124	53,42
Fundos de Investimentos	165.226	142.165	16,22
Investimentos Imobiliários	71.088	60.539	17,43
Empréstimos	36.434	35.653	2,19
Depósitos Judiciais / Recursais	334	334	0
Outros Realizáveis	334	334	0
2. Obrigações	55.449	25.721	115,58
Operacional	55.071	25.364	117,12
Contingencial	378	357	5,88
3. Fundos não Previdenciais	17.719	19.845	(10,71)
Fundos Administrativos	17.355	17.104	1,47
Fundos de Investimentos	364	2.741	(86,72)
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	893.673	914.329	(2,26)
Provisões Matemáticas	893.616	914.102	(2,24)
Superávit Técnico	57	227	(74,89)

Fábio Mazzeo
Diretor Presidente
CPF: 023.507.298-26

Fábio José do Nascimento
Diretor de Benefícios
CPF: 758.442.238-68

Valter Renato Gregori
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 027.283.548-04

Antonio Carlos Pereira
Gerente de Controladoria
CPF: 945.640.518-49
CRC 1SP200578/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS I Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS II - CV

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
1. Ativos	559.051	489.265	14,26
Disponível	2.172	1.800	20,67
Receível	12.894	11.664	10,55
Investimento	543.985	475.801	14,33
Títulos Públicos	139.664	86.513	61,44
Créditos Privados e Depósitos	115.102	113.764	1,18
Ações	64.391	42.758	50,59
Fundos de Investimentos	141.952	163.961	(13,42)
Investimentos Imobiliários	24.243	20.837	16,34
Empréstimos	58.522	47.857	22,29
Depósitos Judiciais / Recursais	55	55	0
Outros Realizáveis	56	56	0
2. Obrigações	30.056	15.049	99,72
Operacional	30.001	14.994	100,09
Contingencial	55	55	0
3. Fundos não Previdenciais	11.592	10.443	11,00
Fundos Administrativos	9.163	8.549	7,18
Fundos dos Investimentos	2.429	1.894	28,25
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	517.403	463.773	11,56
Provisões Matemáticas	511.842	461.192	10,98
Déficit Técnico	(4.625)	(7.257)	(36,27)
Fundos Previdenciais	10.186	9.838	3,54


Fábio Mazzeo
Diretor Presidente
CPF: 023.507.298/26


Valtter Renato Gregori
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 027.283.548-04


Fábio José do Nascimento
Diretor de Benefícios
CPF: 756.442.238-68


Antonio Carlos Pereira
Gerente de Controladoria
CPF: 945.640.518-49
CRC 1SP200578/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



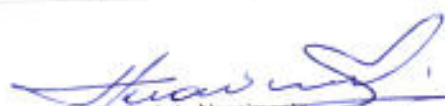
METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	25.653	18.335	39,91
1. Custeio da Gestão Administrativa	26.115	30.523	(14,44)
1.1. Receitas	26.115	30.523	(14,44)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.809	3.352	(46,03)
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.922	6.478	6,85
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	211	163	29,45
Resultado Positivo dos Investimentos	695	2.152	(67,70)
Reembolso da Gestão Assistencial	16.126	12.932	24,70
Outras Receitas	352	5.446	(93,54)
2. Despesas Administrativas	25.250	23.205	8,81
2.1. Administração Previdencial	1.701	3.786	(55,07)
Pessoal e encargos	1.105	2.508	(55,94)
Treinamentos/congressos e seminários	5	61	(91,80)
Viagens e estadias	4	12	(66,67)
Serviços de Terceiros	257	382	(32,72)
Despesas gerais	305	740	(58,78)
Depreciações e amortizações	25	83	(69,88)
2.2. Administração dos Investimentos	7.404	6.479	14,28
Pessoal e encargos	4.158	3.378	23,09
Treinamentos/congressos e seminários	38	40	(5,00)
Viagens e estadias	26	36	(27,78)
Serviços de terceiros	1.470	1.089	33,76
Despesas gerais	1.554	1.790	(13,18)
Depreciações e amortizações	158	138	16,18
2.3. Administração Assistencial	16.145	12.940	24,76
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	865	7.318	(88,18)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	865	7.318	(88,18)
6. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	26.518	25.653	3,37


Fábio Mazzeo
Diretor Presidente
CPF: 023.507.258-26


Valtter Renato Gregori
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 027.283.548-04


Fábio José do Nascimento
Diretor de Benefícios
CPF: 756.442.238-68


Antonio Carlos Pereira
Gerente de Controladoria
CPF: 945.640.518-49
CRC 1SP200578/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS I - BD

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	17.104	12.404	37,89
1. Custeio da Gestão Administrativa	6.444	11.826	(45,51)
1.1. Receitas	6.444	11.826	(45,51)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.086	2.129	(48,99)
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.588	4.491	2,12
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	88	80	10,00
Resultado Positivo dos Investimentos	462	1.500	(69,20)
Outras Receitas	222	3.626	(93,88)
2. Despesas Administrativas	6.193	7.126	(13,09)
2.1. Administração Previdencial	1.126	2.638	(57,28)
2.1.1. Despesas Comuns	1.064	2.576	(58,70)
2.1.2. Despesas Específicas	62	60	3,33
Serviços de Terceiros	2	-	100,00
Despesas gerais	60	60	0
2.2. Administração dos Investimentos	5.087	4.490	12,85
2.2.1. Despesas Comuns	4.349	4.250	2,33
2.2.2. Despesas Específicas	718	240	199,17
Serviços de terceiros	466	240	94,17
Despesas Gerais	252	-	100,00
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
4. Sobreinsuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	251	4.700	(94,66)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	251	4.700	(94,66)
6. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	17.355	17.104	1,47

Fábio Mazzeo
Diretor Presidente
CPF: 023.507.298-26

Fábio José de Nascimento
Diretor de Benefícios
CPF: 756.442.238-68

Valter Renato Gregori
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 027.283.548-04

Antonio Carlos Pereira
Gerente de Controladoria
CPF: 945.640.518-49
CRC 1SP200578/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

PLANO DE BENEFÍCIOS II - CV

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	8.549	5.931	44,14
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.527	5.756	(38,72)
1.1. Receitas	3.527	5.756	(38,72)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	723	1.223	(40,88)
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.336	1.987	17,56
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	123	82	50,00
Resultado Positivo dos Investimentos	233	652	(64,26)
Outras Receitas	112	1.812	(93,82)
	2.913	3.138	(7,17)
2. Despesas Administrativas	575	1.149	(49,96)
2.1. Administração Previdencial	538	1.109	(51,49)
2.1.1. Despesas Comuns	37	40	(7,50)
2.1.2. Despesas Específicas	1	-	100,00
Serviços de Terceiros	36	40	(10,00)
Despesas gerais	2.338	1.988	17,61
2.2. Administração dos Investimentos	2.199	1.899	15,80
2.2.1. Despesas Comuns	139	89	56,18
2.2.2. Despesas Específicas	137	89	53,93
Serviços de terceiros	2	-	100,00
Despesas gerais	-	-	-
3. Resultado Negativo dos Investimentos	614	2.618	(76,55)
4. Sobreinsuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	614	2.618	(76,55)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	-	-	-
6. Operações Transitórias	9.163	8.549	7,18
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)			

Fábio Mazzeo
Diretor Presidente
CPF: 023.507.298-26

Valter Renato Gregori
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 027.283.548-04

Fábio José do Nascimento
Diretor de Benefícios
CPF: 756.442.238-68

Antonio Carlos Pereira
Gerente de Controladoria
CPF: 945.640.518-49
CRC 1SP200578/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS I
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	949.487	942.790	0,71
1. Provisões Matemáticas	893.617	914.102	(2,24)
1.1. Benefícios Concedidos	477.029	472.715	0,91
Benefício Definido	477.029	472.715	0,91
1.2. Benefícios a Conceder	539.407	574.981	(6,19)
Benefício Definido	539.407	574.981	(6,19)
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(122.819)	(133.594)	(8,07)
(-) Serviço passado	-	(1.913)	(100,00)
(-) Patrocinador (es)	-	(1.861)	(100,00)
(-) Participantes	-	(52)	(100,00)
(-) Déficit equacionado	(122.819)	(131.681)	(6,73)
(-) Patrocinador (es)	(61.409)	(65.840)	(6,73)
(-) Participantes	(61.410)	(65.841)	(6,73)
2. Equilíbrio Técnico	57	227	(74,89)
2.1. Resultados Realizados	57	227	(74,89)
Superávit técnico acumulado	57	227	(74,89)
Reserva de contingência	57	227	(74,89)
3. Fundos	364	2.741	(86,72)
3.1. Fundos Previdenciais	-	-	-
3.2. Fundos do Investimento - Gestão Previdencial	364	2.741	(86,72)
4. Exigível Operacional	55.071	25.363	117,13
4.1. Gestão Previdencial	3.315	3.019	9,80
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	51.756	22.344	131,63
5. Exigível Contingencial	378	357	5,88
5.1. Gestão Previdencial	45	24	87,50
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	333	333	0

Fábio Mazzeo
 Diretor Presidente
 CPF: 023.507.299-26

Valter Renato Gregori
 Diretor Administrativo-Financeiro
 CPF: 027.283.548-04

Fábio José do Nascimento
 Diretor de Benefícios
 CPF: 756.442.238-68

Antonio Carlos Pereira
 Gerente de Controladoria
 CPF: 945.640.518-49
 CRC 1SP200578/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

METRUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS II
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	549.888	480.716	14,39
1. Provisões Matemáticas	511.842	461.192	10,98
1.1. Benefícios Concedidos	34.712	28.701	20,94
Contribuição Definida	3.793	1.926	96,94
Benefício Definido	30.919	26.775	15,48
1.2. Benefícios a Conceder	483.010	434.048	11,28
Contribuição Definida	436.684	393.818	10,88
Saldo de contas - parcela patrocinado (es)/instituidor (es)	123.104	111.307	10,60
Saldo de contas - parcela Participantes	313.580	282.511	11,00
Benefício Definido	46.326	40.230	15,15
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(5.880)	(1.557)	277,65
(-) Serviço passado	(1.269)	(1.557)	(18,50)
(-) Patrocinador (es)	(1.269)	(1.557)	(18,50)
(-) Déficit equacionado	(4.611)	-	100,00
(-) Patrocinador (es)	(2.305)	-	100,00
(-) Participantes	(2.306)	-	100,00
2. Equilíbrio Técnico	(4.625)	(7.257)	(36,27)
2.1. Resultados Realizados	(4.625)	(7.257)	(36,27)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(4.625)	(7.257)	(36,27)
3. Fundos	12.615	11.732	7,53
3.1. Fundos Previdenciais	10.186	9.838	3,54
3.2. Fundos do Investimento - Gestão Previdencial	2.429	1.894	28,25
4. Exigível Operacional	30.001	14.994	100,09
4.1. Gestão Previdencial	368	389	5,40
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	29.633	14.605	102,90
5. Exigível Contingencial	55	55	0
5.1. Gestão Previdencial	-	-	-
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	55	55	0

Fábio Mazzeo
 Diretor Presidente
 CPF: 023.507.298-26

Fábio José do Nascimento
 Diretor de Benefícios
 CPF: 756.442.238-68

Valter Renato Gregori
 Diretor Administrativo-Financeiro
 CPF: 027.283.548-04

Antonio Carlos Pereira
 Gerente de Controladoria
 CPF: 945.640.518-49
 CRC 1SP200578/O-0

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

1. Contexto Operacional

O METRUS - Instituto de Seguridade Social ("Metrus", "Entidade" ou "Instituto") é uma entidade fechada de previdência privada, de caráter complementar, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos e tem como Patrocinadora e Instituidora a Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ e também como Patrocinador o próprio Metrus - Instituto de Seguridade Social. A Entidade tem por objetivo administrar planos de benefícios de natureza previdenciária e promover o bem estar social dos seus participantes e respectivos dependentes, inclusive no que tange aos serviços assistenciais à saúde.

O Instituto administra dois Planos de Benefícios, o Plano de Benefícios I do tipo Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 19.930.001-19, aprovado por intermédio da Portaria nº 66, de 16 de fevereiro de 1993 do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS que passou a vigorar a partir de 01 de abril de 1993 e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 19.980.076-18, que teve seu Regulamento aprovado por intermédio do Ofício nº 931/SPC/CGOF/COJ, de 29 de dezembro 1998 e implantado com as alterações aprovadas pelo Ofício nº 586/SPC/COJ, de 23 de agosto de 1999.

Plano de Benefícios	CNPB	Modalidade	Patrocínio
Plano I	19.930.001-19	BD	Cia do Metrô
Plano II	19.980.076-18	CV	Cia do Metrô Metrus

O Instituto rege-se pelas Leis Complementares nºs. 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, e obedece as normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, da Secretaria de Políticas da Previdência Complementar - SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

O Metrus, sem prejuízo do cumprimento da legislação específica que rege sua atividade, submete-se às disposições da Lei nº 9.656 de 03 de junho de 1998 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O Instituto opera em regime de autogestão Planos de Assistência à Saúde denominados Metrus Saúde que integram um Programa Assistencial. Referidos planos foram aprovados através dos Ofícios nºs 830 SPC/COJ de 14 de dezembro de 1999 e 369 SPC/COJ de 11 de fevereiro de 2000 e estão registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar sob nº ANS 38066-1 nas modalidades Metrus Saúde Integral - MSI, Metrus Saúde Especial - MSE, Metrus Saúde Odontológico - MSO e o Metrus Saúde Básico - MSB.

Os principais recursos de que a Entidade dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de suas Patrocinadoras, de seus Participantes, das taxas de administração dos planos de benefícios e de saúde e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos que obedecem as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 3.792 de 24 de setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, alterada pela Resolução CMN / BACEN nº. 4.275 de 31 de outubro de 2013. Tais aplicações se orientam, também, pela Política de Investimentos aprovada e revisada, anualmente, pelo Conselho Deliberativo.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas específicas aplicáveis às entidades fechadas de previdência privada estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC do Ministério da Previdência Social por meio da Resolução MPS/CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013 e Instrução Normativa SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução Normativa PREVIC nº 06 de 13 de novembro de 2013.

De acordo com a Instrução Conjunta SPC / ANS nº 01, de 18 de Dezembro de 2008, artigo 16, as entidades fechadas de previdência complementar que nos termos do artigo 76 da Lei Complementar nº 109 de 2001, foram autorizadas a continuar oferecendo a seus participantes e assistidos benefícios assistenciais à saúde e deverão observar o disposto em regulamentação específica da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras - DIOPE da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e obedecer integralmente ao plano de contas instituído para o setor de saúde suplementar.

Desta forma o Instituto elaborou, em separado, as demonstrações contábeis referentes aos Planos de Assistência à Saúde de acordo com a Resolução Normativa - RN nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, alterada pela - RN nº. 322, de 27 de março de 2013 e Resolução Normativa - RN nº 344, de 20 de dezembro de 2013, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

As principais alterações introduzidas pelas normas contábeis emanadas pela PREVIC para o exercício de 2013 foram:

- a) Extinção da Demonstração Individual das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios;
- b) Instituição da Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios.

O Instituto adotou, quando aplicável, as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios I, II, Plano de Gestão Administrativa - PGA e o total do Ativo e Passivo da Gestão Assistencial, conforme demonstrado na nota explicativa nº. 10.4.

No exercício de 2013, o Instituto reabriu o prazo de adesão e de opção para migração de Participantes do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios II, aprovado por intermédio da Resolução do Conselho Deliberativo - RCD nº 006/2013 de 20 de agosto de 2013, com transferência de 50% da reserva matemática individual apurada pelo ETAA - Escritório Técnico de Assessoria Actuarial S/S Ltda., conforme Art. 165 do Regulamento do Plano de Benefícios II.

O saldo do patrimônio social apresentado na demonstração consolidada da mutação do patrimônio social, no montante de R\$ 1.514.909 em 31 de dezembro de 2013, contempla os patrimônios sociais dos planos I e II, no montante de R\$ 1.440.389 e também o patrimônio social do plano de gestão assistencial (Metrus Saúde) no montante de R\$ 74.520.

3. Principais Práticas e Estimativas Contábeis

O registro contábil respeitou a autonomia patrimonial dos Planos de Benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos previdenciais e assistenciais administrados pelo Instituto, bem como, o Plano de Gestão Administrativa obedecendo ao princípio de competência. As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade estão descritas a seguir:

3.1 Investimentos

Para a avaliação dos ativos de renda fixa, renda variável, fundos de investimentos e operações com derivativos "opções de ações" foram observadas as legislações estabelecidas pelo BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os registros de títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras próprias e das carteiras de fundos de investimentos exclusivos do Instituto obedeceram, também, aos critérios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 4 de 30 de janeiro de 2002 que estabelece que os respectivos títulos devem ser registrados pelo valor efetivamente pago e, dependendo de sua categoria, classificados como Títulos para Negociação, que devem ser ajustados pelo valor de mercado e em Títulos Mantidos até o Vencimento, que devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos.

- **Ativos de Renda Fixa:** compreende as operações com rendas definidas, podendo ser pré ou pós-fixadas e são registradas na ocasião da aplicação pelos valores efetivamente pagos acrescidos dos rendimentos auferidos "pro rata temporis", em função dos dias decorridos até a data do balanço, ajustados, se for o caso, a valor de mercado.
- **Ativos de Renda Variável:** as ações adquiridas no mercado à vista são contabilizadas pelo custo de aquisição acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas incidentes à operação e foram precificadas a valor de mercado pela cotação de fechamento do último dia útil do mês, conforme Instrução Normativa nº 34, de 24 de setembro de 2009. A variação apurada entre os custos das ações e seus respectivos valores de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício. As rendas oriundas de dividendos, de juros sobre capital próprio e de bonificações decorrentes de investimentos em ações, foram reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.
- **Fundos de investimentos:** são contabilizados pelos valores efetivamente desembolsados e avaliados pelo valor da quota calculada pelo Administrador, observado a legislação estabelecida pela CVM.

- **Investimentos Imobiliários:** são contabilizados pelo custo de aquisição conforme previsto na legislação e são ajustados pelo valor de mercado com base em avaliação executada por empresa especializada mediante emissão de laudo técnico e os ajustes positivos ou negativos são contabilizados nas contas específicas em contrapartida às contas de resultado. São depreciados - exceto terreno - pelo método linear com base em taxas determinadas em função da vida útil remanescente dos bens, indicadas no laudo de reavaliação, conforme mencionado na nota explicativa nº. 4.3.4.
- **Operações com Participantes:** refere-se ao programa de empréstimo pessoal simples e são contabilizadas pelo valor concedido. O sistema de amortização utilizado é a "tabela price" e as parcelas são apropriadas mensalmente e correspondem as amortizações, juros, taxa de administração, fundos de reservas para inadimplência e por falecimento/invalidez. A taxa bruta mensal média praticada pelo Instituto foi de 1,20%.
- **Depósitos Judiciais / Recursais:** representam os depósitos judiciais provenientes de bloqueios de contas correntes por meio do Sistema do Banco Central – SISBACEN (denominado BACENJUD), relativos a processos trabalhistas.
- **Imposto de Renda na Fonte:** a Lei de nº 11.053 de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades de Previdência Privadas da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações financeiras.

3.2 Ativo Permanente

O Permanente contempla os registros do Imobilizado, Intangível e Diferido e estão contabilizados pelo custo de aquisição. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear com base na expectativa de vida útil estimada dos bens por espécie.

<u>Descrição</u>	<u>Alíquota Anual (%)</u>
Instalações	10
Móveis e Utensílios	10
Máqs. e Equipamentos	10
Equip. de Informática	20
Imóvel de Uso Próprio	2,1
Telefonia	20
Aparelho de Comunicação	20
Ventil./Refrigerador de Ar	25
Sistemas de Segurança	10
Sistemas de Comunicação	10
Veículos	20
Intangível	20
Diferido	20

A amortização do Intangível e do Diferido é calculada pelo método linear e é contabilizada em conta analítica redutora do respectivo ativo, tendo como contrapartida conta do resultado do PGA.

3.3 Exigível Operacional

Representa valores de obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos Participantes na Gestão Previdencial e pagamentos com Pessoal e Encargos, Fornecedores e Obrigações Fiscais na Gestão Administrativa. Nos Investimentos representam compromissos referentes a cotas a integralizar de Fundos de Investimentos em Participações - FIPs e Investimentos Imobiliários, bem como, liquidações financeiras referentes a operações do mercado de renda variável.

3.4 Exigível Contingencial

Representam as provisões constituídas de acordo com a probabilidade de êxito determinada com base em pareceres jurídicos. As contingências classificadas como perda provável foram reconhecidas contabilmente e divulgadas nas demonstrações contábeis, as classificadas como possíveis foram evidenciadas em Notas Explicativas e as remotas não foram divulgadas e provisionadas.

3.5 Custelo Administrativo

Os recursos para cobertura das despesas administrativas são transferidos dos planos de benefícios previdenciais, Assistenciais e dos investimentos. As transferências são efetuadas nas contas de resultado de cada Gestão e os critérios utilizados para a movimentação do resultado das aplicações e cobertura dos gastos administrativos estão em conformidade com a legislação pertinente.

- **Gestão Previdencial:** é creditada e/ou debitada pelo recebimento de recursos do fluxo de investimentos referentes ao resultado das aplicações e debitada pela transferência de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA para cobertura das despesas administrativas;
- **Gestão Administrativa:** é creditada e /ou debitada pelo recebimento de recursos do fluxo de investimentos referentes ao resultado das aplicações e creditada pelo recebimento de recursos da Gestão Previdencial e Assistencial para cobertura das despesas administrativas;
- **Investimentos:** é debitado e/ou creditado pelas transferências de recursos entre o fluxo de investimentos e as gestões previdencial e Administrativas decorrentes de resultados positivo ou negativos dos investimentos e debitado pela transferência de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA para cobertura das despesas administrativas.

3.6 Superávit/Déficit Técnico Acumulado

Apurado pela diferença entre o ativo líquido e as provisões matemáticas e fundos.

3.7 Receitas e Despesas e Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, independentes de pagamentos e recebimentos.



A Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado apresenta a composição do resultado com as adições (receitas), destinações (despesas) e os acréscimos/decrécimos representados pela constituição das provisões matemáticas, constituição de fundos, Reservas do Assistencial e apuração do superávit/déficit técnico.

4. Realizável

4.1 Realizável - Gestão Previdencial

Estão registrados nesta rubrica, entre outros, os valores a receber de contribuições do mês das Patrocinadoras e Participantes.

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano de Benefícios I - BD	3.107	3.010
Plano de Benefícios II - CV	3.732	3.115
Total	6.839	6.125

4.1.1 Contribuições das Patrocinadoras e Participantes

Os Planos de Custeio dos Planos de Benefícios foram elaborados em conformidade com a Emenda Constitucional nº. 20 que determina a paridade entre a contribuição normal das Patrocinadoras e a contribuição normal dos Participantes.

Plano de Benefícios I - BD

- A Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ contribuiu mensalmente até dezembro de 2013 com o equivalente a 8,062% e os Participantes com 7,969%, em média, do total da folha de salários de participação dos Participantes deste plano.

Contribuições	Normal (%)	Serviço Passado (%)	Déficit Equacionado (%)	Exercício Atual (%)	Exercício Anterior (%)
Patrocinadora	2,376	0,391	5,295	8,062	8,252
Participantes	2,662	0,012	5,295	7,969	7,055

Os Participantes contribuíram mensalmente de acordo com as faixas salariais estabelecidas nos respectivos regulamentos.

Plano de Benefícios II - CV

- As Patrocinadoras METRÔ e METRUS contribuíram mensalmente, em média, com o equivalente a 3,755% e os Participantes contribuíram, em média, com 6,049%, do total da folha de salários de participação do referido plano.

Contribuições	Normal (Básica) (%)	Especial (%)	Extraordinárias (%)	Suplementar (%)	Exercício Atual (%)	Exercício Anterior (%)
Patrocinadora	2,930	0,655	0,170	-	3,755	3,676
Participantes	2,930	0,655	0,062	2,402	6,049	5,757

- A Patrocinadora contribui com 100% da Contribuição Básica do Participante e a Contribuição Especial tem como objetivo o custeio dos Benefícios Mínimo e de Risco (Invalidez, Pensão por Morte e Auxílio Doença).

Planos de Benefícios I e II - Consolidado

- A contribuição total das Patrocinadoras para os Planos de Benefícios I e II representou, em média, 5,275% da folha total de salários de participação e a contribuição total dos Participantes foi, em média, de 6,726%.

Contribuições	Normal (%)	Serviço Passado (%)	Déficit Equacionado (%)	Exercício Atual (%)	Exercício Anterior (%)
Patrocinadoras - (i)	3,158	0,209	1,908	5,275	5,626
Participantes - (ii)	4,814	0,004	1,908	6,726	6,310

- (i) Na Contribuição Normal das Patrocinadoras estão contempladas as contribuições Normal e Especial (custeio dos benefícios mínimos e de risco).
- (ii) Na Contribuição Normal dos Participantes estão contempladas as Contribuições Normal, Especial e a Suplementar.
- Os percentuais supracitados não incluem as contribuições dos Participantes autopatrocinados.

4.1.2 Migração entre Planos

No exercício de 2013, ocorreu a migração de 99 Participantes com transferência de 50% da reserva do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios II que representou o valor de R\$ 10.020 que foi registrado, respectivamente, nas rubricas de Benefícios (Destinações) e Contribuições (Adições) dos referidos planos.

4.2 Realizável - Gestão Administrativa

Estão registrados nesta rubrica os valores a receber de contribuições para custeio das Patrocinadoras e Participantes, reembolso da Gestão Assistencial e custeio da administração de investimentos para cobertura das despesas administrativas conforme demonstrado abaixo:

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Contas a Receber	<u>4.230</u>	<u>3.736</u>
Contribuições para Custeio	<u>273</u>	<u>273</u>
Plano de Benefícios I - BD	182	171
Plano de Benefícios II - CV	91	102
Responsabilidade de Empregados	<u>153</u>	<u>42</u>
Responsabilidades de Terceiros	<u>2.813</u>	<u>2.316</u>
Reembolso Assistencial	1.838	1.597
Adiantamento a Fornecedores	55	7
A receber de Terceiros	920	712
Outros Recursos a Receber	<u>991</u>	<u>1.105</u>
Custeio Admin. de Investimentos	991	1.105
Despesas Antecipadas	7	7
Depósitos Judiciais / Recursais - (i)	<u>9.656</u>	<u>8.539</u>
Total	<u>13.893</u>	<u>12.282</u>

(i) A rubrica Depósitos Judiciais / Recursais contempla os depósitos judiciais efetuados por determinação judicial e referem-se a recolhimentos de PIS e COFINS no valor de R\$ 9.594 e R\$ 62 de reclamações trabalhistas.

4.3 Realizável de Investimentos

Os Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios I e II e os Fundos foram aplicados de acordo com a legislação pertinente e com a Política de Investimentos que definiu as diretrizes, macro alocação, limites de risco, ativos elegíveis e alocação tática dos recursos nos segmentos de investimentos para o exercício de 2013. Os recursos garantidores da Gestão Previdencial e o Fundo Administrativo têm uma gestão individualizada dos seus ativos (MULTIFUNDO). Em 31 de dezembro de 2013, os recursos estavam aplicados, conforme abaixo, e estão discriminados de acordo com a estrutura da Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, alterada pela Resolução CMN / BACEN nº 4.275 de 31 de outubro de 2013.

CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS CONSOLIDADA

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RENDA FIXA	898.448	924.430
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	490.346	501.957
Notas do Tesouro Nacional - NTN	490.346	501.957
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	254.441	244.207
Certificados de Depósito Bancário - CDB	105.100	100.207
Certificado de Cédulas de Créditos Bancários - CCCB	94.341	100.065
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	34.414	30.149
Letras Financeiras Subordinadas	20.586	13.786
COMPANHIAS ABERTAS	80.760	55.071
Debêntures não Conversíveis	80.760	55.071
COMPANHIAS FECHADAS	26.426	46.360
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	16.939	21.132
Cédulas de Créditos Bancários - CCB	9.487	25.228
SOCIEDADES LIMITADAS	0	5.003
Cédulas de Crédito Bancários - CCB	0	5.003
Fundo de Investimento Referenciado	17.113	40.958
Fundo de investimento renda fixa	13.802	8.881
Fundo de Direitos Creditórios - FDIC	15.560	21.993
RENDA VARIÁVEL	244.898	236.100
Ações de Instituições Financeiras	25.390	17.149
Ações de Companhias abertas	124.999	82.760
Fundo de investimentos em ações	94.509	136.191
ESTRUTURADO	168.272	101.387
Fundo de participações em ações - FIP	128.124	56.446
Fundos Imobiliários	40.148	44.941
IMÓVEIS	95.331	81.376
Imóveis em desenvolvimento	12.144	12.144
Aluguéis e Renda	83.187	69.232
EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTOS	94.956	83.510
Empréstimos	94.956	83.510
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	742	742
OUTROS REALIZÁVEIS	390	390
TOTAL DOS INVESTIMENTOS BRUTOS	1.503.037	1.427.935
(-) EXIGIBILIDADES DOS INVESTIMENTOS	(81.776)	(37.388)
TOTAL DOS INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	1.421.261	1.390.547

PLANO DE BENEFÍCIOS I - BD



DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
REDA FIXA	604.519	663.378
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	346.536	412.996
Notas do Tesouro Nacional - NTN	346.536	412.996
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	171.225	154.833
Certificado de Depósito Bancário - CDB	54.022	41.481
Certificação de Cédulas de Créditos Bancários - CCCB	73.038	77.454
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	26.527	23.308
Letras Financeiras Subordinadas	17.638	12.590
COMPANHIAS ABERTAS	49.695	32.708
Debêntures não Conversíveis	49.695	32.708
COMPANHIAS FECHADAS	19.488	38.854
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	10.001	13.626
Cédulas de Crédito Bancários - CCB	9.487	25.228
SOCIEDADES LIMITADAS	0	5.004
Cédulas de Crédito Bancários - CCB	0	5.004
FUNDO DE INVESTIMENTO REFERENCIADO	3.448	4.236
FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	4.458	0
FUNDO DE DIREITOS CREDITÓRIOS - FIDC	9.669	14.747
REDA VARIÁVEL	131.843	126.895
Ações de Instituições Financeiras	14.215	8.851
Ações de Companhias Abertas	70.356	46.273
Fundo de Investimento em Ações	47.272	71.771
ESTRUTURADO	100.379	51.412
Fundo de participações em ações - FIP	83.310	32.994
Fundos Imobiliários	17.069	18.418
IMÓVEIS	71.088	60.538
Imóveis em Desenvolvimento	12.144	12.144
Aluguéis e Renda	58.944	48.394
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	36.434	35.653
EMPRÉSTIMOS	36.434	35.653
DEPÓSITOS JUDICIAIS	334	334
OUTROS REALIZÁVEIS	334	334
TOTAL DOS INVESTIMENTOS BRUTOS	944.931	938.544
(-) EXIGIBILIDADE DOS INVESTIMENTOS	(51.755)	(22.344)
TOTAL DOS INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	893.176	916.200

[Handwritten signatures]

PLANO DE BENEFÍCIOS II - CV

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RENDA FIXA	281.590	249.843
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	139.665	86.513
Notas do Tesouro Nacional - NTN	139.665	86.513
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	77.891	84.726
Certificado de Depósito Bancário - CDB	49.107	57.010
Certificação de Cédulas de Créd. Bancários - CCCB	21.303	22.611
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	5.917	5.105
Letras Financeiras Subordinadas	1.564	0
COMPANHIAS ABERTAS	30.274	21.533
Debêntures não Conversíveis	30.274	21.533
COMPANHIAS FECHADAS	6.938	7.506
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	6.938	7.506
FUNDO DE INVESTIMENTO REFERENCIADO	12.598	34.894
FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	9.199	8.737
FUNDO DE DIREITOS CREDITÓRIOS - FIDC	5.025	5.934
RENDA VARIÁVEL	111.628	107.178
Ações de Instituições Financeiras	10.916	8.045
Ações de Companhias Abertas	53.475	34.713
Fundo de Investimento em Ações	47.237	64.420
ESTRUTURADO	67.892	49.975
Fundo de participações em ações - FIP	44.814	23.452
Fundos Imobiliários	23.078	26.523
IMÓVEIS	24.243	20.837
Aluguéis e Renda	24.243	20.837
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	58.522	47.857
EMPRÉSTIMOS	58.522	47.857
DEPÓSITOS JUDICIAIS	55	55
OUTROS REALIZÁVEIS	56	56
TOTAL DOS INVESTIMENTOS BRUTOS	543.986	475.801
(-) EXIGIBILIDADE DOS INVESTIMENTOS	(29.633)	(14.605)
TOTAL DOS INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	514.353	461.196

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RENTA FIXA	12.338	11.210
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	4.145	2.449
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.145	2.449
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	5.325	4.648
Certificado de Depósito Bancário - CDB	1.972	1.716
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	1.969	1.736
Letras Financeiras Subordinadas	1.384	1.196
COMPANHIAS ABERTAS	791	830
Debêntures não Conversíveis	791	830
FUNDO DE INVESTIMENTO REFERENCIADO	1.067	1.828
FUNDO DE INVESTIMENTO RENTA FIXA	145	143
FUNDO DE DIREITOS CREDITÓRIOS - FIDC	866	1.312
RENTA VARIÁVEL	1.427	2.026
Ações de Instituições Financeiras	259	253
Ações de Companhias Abertas	1.168	1.773
DEPÓSITOS JUDICIAIS	354	354
TOTAL DOS INVESTIMENTOS BRUTOS	14.120	13.590
(-) EXIGIBILIDADE DOS INVESTIMENTOS	(388)	(439)
TOTAL DOS INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	13.732	13.151

4.3.1. Renda Fixa

Estão aplicados neste segmento 63,18% do total dos Recursos Garantidores, sendo que 54,57% estão aplicados em créditos públicos e 45,43% em créditos privados.

4.3.1.1. Classificação dos Títulos

De acordo com a Resolução CGPC nº 4, artigo 8º de 30/1/2002, estão indicados a seguir os valores dos títulos da carteira própria e os alocados em fundos de investimento exclusivos classificados como "Títulos para Negociação" e "Títulos Mantidos até o Vencimento" por plano de benefícios e prazos de vencimentos. Não foram considerados no quadro a seguir montantes relacionados a investimentos imobiliários, Fundos de Investimentos em Participações - FIP e empréstimos a participantes.

Em razão da capacidade financeira de atendimento das necessidades de liquidez, O Instituto mantém títulos classificados na categoria de "Títulos Mantidos até o Vencimento" e precificados conforme Resolução CGPC nº 4 de 30 de janeiro de 2002. No Exercício de 2013 não houve reclassificação de categoria de categoria de títulos.

2013

	Valor a Mercado				
	Custo	Sem Vcto.	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
A) Títulos Para Negociação	591.939	291.373	37	404.418	695.828
Plano de Benefícios I	378.148	149.418	-	321.727	471.145
NTN - C	61.758	-	-	117.280	117.280
NTN - B - (i)	153.759	-	-	189.809	189.809
Debêntures não Conversíveis	13.215	-	-	14.638	14.638
Fdos de Investimentos - R. Fixa	4.458	4.458	-	-	4.458
Fdos de Invest. Referenciado	3.448	3.448	-	-	3.448
Fdos de Dir. Creditórios - FDIC	9.669	9.669	-	-	9.669
Fdos de Invest. em Ações	47.272	47.272	-	-	47.272
Ações	84.571	84.571	-	-	84.571
Plano de Benefícios II	209.586	138.450	-	81.884	220.334
NTN - B - (i)	62.004	-	-	71.772	71.772
Debêntures	9.132	-	-	10.112	10.112
Fdos de Investimentos - R. Fixa	9.199	9.199	-	-	9.199
Fdos de Invest. Referenciado	12.598	12.598	-	-	12.598
Fdos de Dir. Creditórios - FDIC	5.025	5.025	-	-	5.025
Fdos de Invest. em Ações	47.237	47.237	-	-	47.237
Ações	64.391	64.391	-	-	64.391
Gestão Administrativa	4.205	3.505	37	807	4.349
CDB	52	-	37	16	53
Debêntures	648	-	-	791	791
Fdos de Investimentos - R. Fixa	145	145	-	-	145
Fdos de Invest. Referenciado	1.067	1.067	-	-	1.067
Fdos de Dir. Creditórios - FDIC	866	866	-	-	866
Ações	1.427	1.427	-	-	1.427

2013

		Valor na Curva			
B) Títulos Mantidos Até o vencimento	302.094	-	-	447.518	447.518
Plano de Benefícios I	179.358	-	-	265.218	265.218
NTN-B	28.932	-	-	39.447	39.447
CDB	21.500	-	-	54.022	54.022
Letras Fin. Subordinadas	13.906	-	-	17.638	17.638
CCCB	48.317	-	-	73.038	73.038
Debêntures não Conversíveis	31.447	-	-	35.057	35.057
CRI	7.290	-	-	10.002	10.002
CCB	8.967	-	-	9.487	9.487
DPGE	18.999	-	-	26.527	26.527
Plano de Benefícios II	115.657	-	-	172.883	172.883
NTN-B	51.522	-	-	67.892	67.892
CDB	23.148	-	-	49.107	49.107
Letras Fin. Subordinadas	1.500	-	-	1.564	1.564
DPGE	3.000	-	-	5.917	5.917
CCCB	14.090	-	-	21.303	21.303
Debêntures não Conversíveis	17.336	-	-	20.162	20.162
CRI	5.061	-	-	6.938	6.938
Gestão Administrativa	7.079			9.417	9.417
NTN-B	2.561	-	-	3.291	3.291
NTN-F	850	-	-	854	854
DPGE	1.450	-	-	1.969	1.969
CDB	1.316	-	-	1.919	1.919
Letras Financeiras Subordinadas	902	-	-	1.384	1.384
Total - (A+B)	894.033	291.373	37	851.936	1.143.346

- (i) No exercício de 2012, com base em estudo técnico de precificação e avaliação da carteira de títulos, fluxo de caixa do passivo e resultado do estudo de ALM dos Planos de Benefícios I e II, o Instituto reclassificou parte dos títulos Notas do Tesouro Nacional – NTN-B, de sua carteira, da categoria "títulos mantidos até o vencimento" para "títulos mantidos para negociação" com o objetivo de redução de risco de reinvestimentos, adaptação da carteira atual à mudança de cenário, especialmente da redução da taxa de juros, com melhor casamento do fluxo de caixa de sua carteira de investimentos com o fluxo de caixa de suas obrigações.

4.3.1.2. Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

- a) **Cédula de Crédito Bancário - CCB:** O Instituto possui 01 (uma) CCB adquirida em julho de 2007 da empresa Aloés Indústria e Comércio Ltda., tradicional fabricante de fraldas descartáveis, pelo valor principal da operação de R\$ 4.261. Na data da aplicação a operação possuía rating A (baixo risco de crédito) pela agência classificadora de risco LF Rating. A empresa honrou com os pagamentos das PMTs (amortização e juros) até fevereiro de 2013 no montante de R\$ 3.116. Por problema de concorrência com novos entrantes nesse mercado, a empresa foi obrigada a reduzir sua margem afetando o fluxo de caixa, dificultando o pagamento das parcelas posteriores. Tem sido feito um acompanhamento rigoroso do investimento pelo Metrus, contudo, considerando a suspensão do pagamento das parcelas pela empresa, o Instituto decidiu, por um dever de prudência, efetuar provisão para crédito de liquidação duvidosa a totalidade dos valores vencidos e a vencer no valor R\$ 5.880 e delegou a um Gestor contratado imediatas providências para a cobrança dos referidos créditos. Tal provisão impactou no resultado dos investimentos do Plano de Benefícios I, conforme discriminado abaixo:

Descrição	Valor
Principal	3.132
Correção	2.748
Total	5.880
Provisão	(5.880)
Saldo Contábil	0

- b) **Certificado de Depósito Bancário – CDB:** O Metrus, no exercício de 2012, no bojo de um processo de recuperação de investimentos, onde o Instituto negociou a venda dos CCBs de emissão da Secred SPE S.A e Allcred SPE S.A originados pelo Banco Morada S.A., adquiriu CDBs do Banco Cruzeiro do Sul S.A decorrente de acordo de investimento com o referido banco. Com a liquidação extrajudicial do Banco em 14 de setembro de 2012 pelo BACEN, em razão de não possuir informações sobre a situação patrimonial do banco, o Instituto efetuou a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa de 100% dos referidos CDBs, impactando no resultado das aplicações financeiras, daquele exercício, em R\$ 33.474 no Plano de Benefícios I e R\$ 18.137 no Plano de Benefícios II. Em 9 de outubro de 2013, foi publicado o Balanço Patrimonial, bem como a lista de credores do Banco Cruzeiro Sul que evidenciaram um ativo de R\$ 8.222.947, já deduzidas as provisões para crédito de liquidação duvidosa. O ativo é composto (conforme notas explicativas das demonstrações financeiras) majoritariamente por recebíveis provenientes de empréstimos consignados que deverá se realizar em até dois anos, o que permitirá ao Liquidante proceder ao rateio total dos recursos em um prazo estimado de 2 a 3 anos. O Balanço do banco apresentou, ainda, o cálculo da moeda para os Credores Quirografários que representou 50,58% do ativo do banco, já descontados os Credores por Restituição, Preferenciais, Encargos da Dívida da Massa e Credores Privilegiados, ou seja, demonstrou que existem ativos suficientes para honrar no mínimo com 50% dos créditos do Metrus devido junto ao Banco Cruzeiro do Sul. Diante do exposto, baseado no Parecer de consultoria jurídica externa que apresentou na conclusão que, é mais que provável que o Metrus venha a receber ao menos 50% do Crédito que detém contra o citado banco e na decisão da administração, o Instituto reverteu 50,58% do valor provisionado que representa R\$ 16.912 no Plano de Benefícios I e R\$ 9.163 no Plano de Benefícios II, reconhecidos no resultado do exercício, conforme segue:

Descrição	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	Total
Saldo da Provisão em 31/12/2012	<u>(33.474)</u>	<u>(18.137)</u>	<u>(51.611)</u>
Reversão da Provisão	<u>16.912</u>	<u>9.163</u>	<u>26.075</u>
Saldo da Provisão em 31/12/2013	<u>(16.562)</u>	<u>(8.974)</u>	<u>(25.536)</u>

O Metrus entrou, ainda, com ação de cobrança na justiça (15ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo), requerendo que a cobertura dos valores dos CDBs, pelo Fundo Garantidor de Crédito – FGC, seja paga por CPF dos Participantes (reconhecimento do direito de credor para cada CPF), alegando, em síntese, que o Instituto tem natureza jurídica de sociedade civil sem fins lucrativos e a finalidade de instituir e administrar planos de benefícios previdenciários, com ingresso facultativo pelos empregados da patrocinadora, que são os seus Participantes e, efetivamente, os titulares dos recursos.

- c) **Certificado de Cédula de Crédito Bancário – CCCB:** o Instituto possui, desde o exercício de 2009, aplicação em operação de CCCB no valor de R\$ 94.341 (valor em 31/12/2013) com o Banco BANIF – Banco Internacional do Funchal S.A que é composta de cinco Cédulas de Créditos Bancários – CCB's com taxa de retorno de IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) + 8,5%a.a. A operação possuía Rating A- (baixo risco de crédito) pela agência classificadora de Risco Austin Rating e foi efetuada num prazo de 180 meses com as seguintes garantias: a) coobrigação do banco, por meio de Contrato Particular de Prestação de Garantia Fidejussória e Outras Avenças, que corrigida pelo IGP-M representa R\$ 31.087; b) alienação Fiduciária de bens imóveis de cada emissor dos CCB's; c) cessão fiduciária de direitos creditórios; e d) compromisso de substituição das CCB's inadimplentes por mais de 10 meses por novas CCB's com mesmo rating ou liquidação do saldo devedor da mesma. O Banco vinha honrando com os pagamentos das parcelas mensais de amortização e juros dos CCCB's integralmente e a partir de maio de 2012 passou a efetuar pagamentos parciais. Os pagamentos das parcelas representaram no período adimplente o valor de R\$ 23.430 na Gestão Previdencial. Com a interrupção do fluxo de pagamento das parcelas, o Metrus, no monitoramento desses investimentos, emitiu notificação para que o BANIF cumprisse com a coobrigação pactuada, conforme estabelecida no contrato entre as partes, tendo o Banco solicitado um prazo de carência 180 dias para obter, junto aos emissores inadimplentes das CCB's, a normalização do fluxo de pagamento e consequente regularização das parcelas em atraso. O prazo foi concedido mediante assinatura do Termo de Assunção Mútua de Obrigações e Outras Avenças, entre as partes. Ao término do prazo pactuado, o Banco solicitou aditamento ao Termo referido com o objetivo de prorrogar o prazo por mais 180 dias, que foi aceito pelo Metrus, cujo prazo final ficou estabelecido em 12 de novembro de 2013. Ao final deste prazo, o banco não cumpriu com a coobrigação pactuada conforme estabelecido no contrato de garantia fidejussória, bem como da reestruturação das CCB's. Diante disso, o Metrus notificou o BANIF para pagamento imediato do valor objeto da garantia fidejussória e delegou a um gestor especializado, em créditos privados, as providências de cobrança. Em dezembro de 2013, iniciou-se procedimento arbitral perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá – CCBC. Diante disso, por prudência, o Instituto provisionou os valores das parcelas vencidas dos CCCB's, que têm a garantia da referida coobrigação. Tal provisão representou no resultado do exercício o valor de R\$ 17.706, conforme apresentado abaixo por plano de benefícios;

CCCB's	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	Total
Principal	48.317	14.090	62.407
Acréscimo	38.417	11.223	49.640
Total	86.734	25.313	112.047
Provisão	(13.696)	(4.010)	(17.706)
Saldo em 31/12/2013	73.038	21.303	94.341

4.3.1.3 Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios - FDIC

FDIC	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PGA	Total	Exercício Anterior
Fundo Multisetorial BVA Master (I, II, III) – (i)	140	71	14	225	8.498
Cia Est. Distr. Energia Elétrica – CEEE	1.650	-	476	2.126	3.208
BCSUL Verax CPP 360 – (ii)	6.002	1.200	-	7.202	6.479
Vinci Crédito e Desenvolvimento I	1.877	3.754	376	6.007	3.808
Total	9.669	5.025	866	15.560	21.993

- (i) Com a intervenção decretada pelo BACEN no Banco BVA S.A em 19 de outubro de 2012, os FIDCs BVA Master, Master II e Master III, sofreram impactos em razão da suspensão dos repasses dos recursos recebidos pelo banco. O Metrus tem monitorado tais investimentos, sendo que os valores foram provisionados pelos Fundos, com consequentes reduções das cotas e diminuições dos patrimônios líquidos. No Exercício de 2013 os fundos ganharam autonomia para a cobrança dos créditos com a indicação de um novo Gestor e a eleição de um Comitê de renegociação. Diante dessas medidas, passou-se a ter expectativas de recuperação dos créditos provisionados, com previsão de recebimento para janeiro de 2014 (vide Nota Explicativa nº 13). As provisões efetuadas nas cotas dos fundos representaram no exercício o valor de R\$ 8.273, que foram reconhecidas diretamente no resultado do exercício de cada plano:

FDIC BVA MASTER	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PGA	Total
Saldo em 31/12/2012	5.668	2.474	356	8.498
Provisão	(5.528)	(2.403)	(342)	(8.273)
Saldo em 31/12/2013	140	71	14	225

- (ii) O instituto possui, ainda, cotas mezanino do FIDC Banco do Cruzeiro do Sul VERAX CPP 360, que após a liquidação do referido banco sofreu impacto da baixa de créditos inexistentes que foram absorvidos pelo Fundo e consumiu parte das cotas subordinadas não influenciando nas cotas mezanino e sênior. O Metrus mantém o monitoramento desse investimento, sendo que com o fechamento do Fundo as cotas seniores estão sendo quitadas à medida do recebimento dos recursos, devendo na sequência serem quitadas as cotas mezanino com previsão de pagamento a partir do segundo semestre de 2015.

4.3.2 Renda Variável

O Instituto terminou o exercício com uma alocação de 17,16% dos recursos consolidados neste segmento.

4.3.2.1 Taípe Trancoso Empreendimentos S/A

O Instituto possui 1.724.970 ações da Taípe Trancoso que representa a participação no capital social de 13,27% do empreendimento e estão precificadas pela última cotação negociada de R\$ 2,98, que representa no final do exercício o valor de R\$ 5.140.

4.3.2.2 Fundo de Investimentos em Ações

O saldo das aplicações em fundos de investimento em ações perfaz o valor de R\$ 94.509 com a seguinte composição em 31/12/2013:

Planos	Administrador	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>Plano de Benefícios I – BD</u>		<u>47.272</u>	<u>71.771</u>
Fator Sinergia IV	Banco Fator	10.502	11.819
Fator Sinergia V	Banco Fator	1.140	-
Constellation Institucional – FIC FIA	BNY Mellon	8.944	-
CSHG Strategy Institucional – FIC FIA	CSHG	0	7.552
Geração Futuro Programado FIA	Banco Plural	0	4.968
Guepardo Institucional 60 – FIC FIA	BNY Mellon	9.215	-
M Square Institucional - FIC FIA	BNY Mellon	3.825	-
M Square PIPE FIA	BNY Mellon	1.852	4.535
Rio Bravo Fundamental Institucional - FIA	BEM DTV	11.634	9.797
Itau Unibanco FIA	Banco Itau	160	33.100
<u>Plano de Benefícios II – CV</u>		<u>47.237</u>	<u>64.420</u>
Fator Sinergia IV	Banco Fator	9.006	10.135
Fator Sinergia V	Banco Fator	1.553	-
BTG Pactual Dividendos - FIA	BNY Mellon	4.620	-
Constellation Institucional – FIC FIA	CSHG	6.782	-
CSHG Strategy Institucional - FIC FIA	Banco Plural	0	5.994
Geração Futuro Programado FIA	BNY Mellon	0	352
Guepardo Institucional 60 – FIC FIA	BNY Mellon	6.997	-
M Square Institucional - FIC FIA	BNY Mellon	6.375	-
M Square PIPE FIA	BEM DTV	1.323	3.240
Rio Bravo Fundamental Institucional - FIA	Banco Itau	10.420	8.588
Itau Unibanco FIA	Banco Fator	161	36.111
Total		<u>94.509</u>	<u>136.191</u>

4.3.3 Estruturado

Estão alocados nesta rubrica os Fundos de Investimentos em Participações – FIP e os Fundos de Investimentos Imobiliários – FII e suas composições estão detalhadas a seguir:



4.3.3.1 Fundos de Investimentos em Participações – FIP

Estão alocados nesta rubrica às aplicações em cotas sob a forma de condomínio fechado destinado à participação de investidores qualificados e tem como finalidade a aplicação de recursos na aquisição de participações societárias no valor de R\$ 128.124. Deste valor, foi aportado R\$ 52.847, faltando aportar R\$ 75.277, registrado no Exigível Operacional - Investimentos.

Planos	Administrador	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>Plano de Benefícios I – BD</u>		<u>83.310</u>	<u>32.994</u>
FIP Florestas do Brasil	Banco Santander	13.571	11.783
Investidores Institucionais III	Banco Santander	11.184	11.221
FIP Riviera	Banco BRB	6.876	6.990
FIP BVEP Plaza	Banco Votorantim	3.182	3.000
FIP INSEED FIMA	BNY Mellon	2.930	-
FIP Multiner	Planner	14.223	-
FICFIP Hamilton Lane Brasil	BTG Pactual	16.344	-
FIP P2 Infraestrutura III	P2 Gestão de Recursos	10.000	-
FIP Stratus SCP Brasil	Stratus Inv. Ltda	5.000	-
<u>Plano de Benefícios II – CV</u>		<u>44.814</u>	<u>23.452</u>
FIP Florestas do Brasil	Banco Santander	4.195	3.642
FIP Governança e Gestão	Banco Santander	3.849	4.033
FIP P2 Brasil	Banco BRB	11.329	10.782
FIP Riviera	Banco Votorantim	2.946	2.995
FIP BVEP Plaza	BNY Mellon	2.122	2.000
FIP INSEED FIMA	Planner	1.953	-
FICFIP Hamilton Lane Brasil	BTG Pactual	8.420	-
FIP P2 Infraestrutura III	P2 Gestão de Recursos	5.000	-
FIP Stratus SCP Brasil	Stratus Inv. Ltda	5.000	-
Sub – Total - (A)		<u>128.124</u>	<u>56.446</u>
<u>Valores a aportar - (B)</u>		<u>75.277</u>	<u>28.051</u>
Plano de Benefícios I - (i)		47.513	16.361
Plano de Benefícios II - (i)		27.764	11.690
Total Aportado (A-B)		<u>52.847</u>	<u>28.395</u>

(i) Vide nota explicativa nº. 6.3

4.3.3.2 Fundos Imobiliários

O Instituto tem aplicado o valor de R\$ 40.148 em tais fundos que estão precificados a valor de mercado pela cota de fechamento divulgada pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Deste valor foi aportado R\$ 36.748 faltando aportar R\$ 3.400 do Fundo Cláritas Logística registrado no Exigível Operacional - Investimentos e são compostos conforme abaixo:

Plano	Administrador	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano de Benefícios I – BD		17.069	18.417
BTG Pactual Corporate	BTG Pactual	10.602	12.285
Claritas Logística I	Citibank D.T.V.M	6.391	6.067
Aluguéis a Receber		76	65
Plano de Benefícios II – CV		23.079	26.524
FII Memorial Office	Coinvalores C.C.V.M	1.600	2.195
FII Água Branca	Coinvalores C.C.V.M	14.430	17.082
BTG Pactual Corporate	BTG Pactual	2.651	3.071
Claritas Logística I	BTG Pactual	4.261	4.044
Aluguéis a Receber		137	132
Sub Total – (A)		40.148	44.941
Valores a Aportar – (B)		3.400	5.600
Plano de Benefícios I – (i)		2.040	3.360
Plano de Benefícios II – (i)		1.360	2.240
Valor Aportado (A-B)		36.748	39.341

(i) Vide nota explicativa 6.3

4.3.4 Investimentos Imobiliários

Aluguéis e Renda: o Instituto efetuou no exercício de 2013 reavaliações de suas participações nos Shoppings em consonância com a legislação vigente. As reavaliações foram executadas pela empresa Plane Engenharia Consultoria S/S Ltda – CREA – SP Registro nº 036.901-0, que na avaliação técnica, seguiu rigorosamente os preceitos da norma técnica NBR-14653-4 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, assim como de outras normas específicas do setor, atingindo o grau II de fundamentação em função da adoção do Método da Capitalização da Renda que estabelece o valor do imóvel de acordo com a capitalização presente de sua renda líquida. As reavaliações representaram no exercício uma valorização de R\$ 11.689 no Plano de Benefícios I e R\$ 4.046 no Plano de Benefícios II, que foram apropriadas diretamente no resultado do exercício. No exercício os shoppings estão assim representados:

Plano	Partic.	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano de Benefícios I - BD		58.944	48.394
Shopping Plaza Sul – (i)	10%	32.813	27.744
Shopping Metrô Boulevard Tatuapé – (ii)	15%	26.131	20.650
Plano de Benefícios II - CV		24.243	20.837
Shopping Metrô Itaquera - (ii)	5%	24.243	20.837
Total		83.187	69.231

- (i) O prazo de vida útil econômica remanescente deste Shopping foi estimado em 41 anos. Esses valores contemplam os valores a receber de aluguéis de R\$ 516 e R\$ 575 de 2013 e 2012 respectivamente. Referido shopping foi depreciado no exercício ao prazo de vida útil estimado.
- (ii) São participações em Direito Real de Uso e os terrenos, de ambos os shoppings, são de propriedade da Cia. do Metropolitano de São Paulo - Metrô e foram cedidos aos empreendedores por meio de Contrato de Concessão por prazo determinado, restando a partir do exercício de 2013 o prazo de 35 anos de concessão para o Shopping Boulevard Metrô Tatuapé e 29 anos para o Shopping Metrô Itaquera. Os referidos Shoppings foram amortizados no exercício de 2013. Os valores acima informados contemplam valores a receber a título de aluguéis, em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 17.

Imóveis em Construção: o Instituto possui empreendimento denominado Empreendimento Condomínio Panamby em fase de construção registrado no ativo pelo valor de R\$ 12.144, faltando integralizar o valor de R\$ 713, registrado no Passivo Operacional dos Investimentos.

4.3.4.1 Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa

No exercício foi constituída provisão de créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 73 referentes aos aluguéis inadimplentes dos shoppings, observando os critérios da Instrução Normativa nº. 34 da SPC. No período recuperou-se o valor de R\$ 45 que foi apropriado diretamente na conta de resultado do investimento. Ao final do exercício, os valores das constituições perfaziam o montante de R\$ 219, demonstrados a seguir:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo da Provisão em 31/12/2012	191	159
Constituição de Provisão	73	297
Recuperação de Provisão	(45)	(265)
Saldo da Provisão em 31/12/2013	219	191

4.3.5 Empréstimo - Operações com Participantes

As Operações com Participantes compreendem os empréstimos simples que são concedidos aos Participantes Ativos, Assistidos e Autopatrocinados. O saldo, que corresponde ao principal corrigido, na data do Balanço é de R\$ 94.956 e é apresentado abaixo por plano de benefícios:

Plano	Exercício Atual	Exercício Anterior
Plano de Benefícios I – BD	36.434	35.653
Plano de Benefícios II - CV	58.522	47.857
Total	94.956	83.510

O Metrus constituiu provisões referentes aos direitos creditórios de liquidação duvidosa das prestações inadimplentes dos contratos de empréstimo pessoal, conforme Instrução Normativa nº 34 da SPC. Em 31 de dezembro de 2013 o montante das provisões é de R\$ 893 para o Plano de Benefícios I e de R\$ 941 para o Plano de Benefícios II.

Descrição	Exercício Atual (2013)	Exercício Anterior (2012)
Saldo da Provisão em 31/12/2012	1.612	1.326
Constituição de Provisão	264	286
Recuperação de Provisão	(42)	-
Saldo da Provisão em 31/12/2013	1.834	1.612

4.3.6 Rentabilidade

No exercício de 2013 o Metrus utilizou-se de recursos do Programa de Investimentos para cobertura dos gastos administrativos referentes aos Investimentos. A receita acumulada, em valores absolutos, foi de R\$ 7.335, da qual deduzidos os gastos com a administração e controle dos investimentos no valor de R\$ 7.133 e constituição de fundo de investimentos no valor de R\$ 754, resultou uma receita líquida negativa de R\$ 552. A transferência do custeio administrativo de investimentos e a Taxa Administrativa de Empréstimo Pessoal representaram 0,50% dos recursos consolidados de investimentos.

A rentabilidade financeira das aplicações dos recursos dos planos de benefícios no exercício, medida pelo método da Taxa Interna de Retorno - TIR, foi de -0,20% para o Plano de Benefícios I e 2,07% para o Plano de Benefícios II. Os recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA obtiveram uma rentabilidade de 5,33%. As rentabilidades financeiras nominais dos planos estão discriminadas a seguir:

SEGMENTO	Plano de Benefícios I (%)	Plano de Benefícios II (%)	Administrativo (%)
Renda Fixa	-2,13	1,14	9,72
Renda Variável	-4,61	-4,12	-21,46
Investimentos Imobiliários	27,32	26,46	
Operações com Participantes	14,39	13,97	
Investimentos Estruturados	1,58	-1,59	
Carteira total	-0,20	2,07	5,33
Meta Atuarial	11,63	10,31	

Nota: Para o ano de 2013 a variação do INPC foi de 5,56%.

4.3.7 Perfis de Investimentos

O Metrus oferece aos Participantes Ativos do Plano de Benefícios II perfis de investimentos nas modalidades Conservador, Moderado e Arrojado e para os Participantes Assistidos nas modalidades Conservador 1, Conservador 2 e Conservador 3. Em 31 de dezembro de 2013 os perfis estavam assim distribuídos:

Tipo de Perfil	Qtde. de Participantes	Volume de Recursos	Rentabilidade (%)
Conservador - (i)	1.630	197.800	2,10
Moderado	4.630	276.741	1,30
Arrojado	711	37.713	0,16
Conservador 2	3	1.950	0,01
Total	6.970	514.204	

- (i) Inclui 04 Participantes Assistidos do Perfil Conservador 3 por possuir a mesma alocação nos segmentos de ativos.

5 Permanente

Representa o Imobilizado, o Intangível e o Diferido que estão registrados no Plano de Gestão Administrativa - PGA e é assim constituído:

Descrição	Saldo 2012	Adição (+)	Depreciação Amortização (-)	Saldo 2013
Ativo Permanente	11.135	561	(495)	11.201
Imobilizado	10.675	310	(318)	10.667
Imóvel de Uso Próprio - (i)	9.890	177	(149)	9.918
Instalações	291	95	(51)	335
Máqs. e Equipamentos	249	32	(31)	250
Móveis e Utensílios	118	4	(26)	96
Equip. de Informática	84	-	(45)	39
Veículos	29	-	(12)	17
Marcas e Patentes	5	-	-	5
Aparelhos de Comunicação	3	-	(1)	2
Sistemas de Segurança	3	-	(1)	2
Telefonia	2	2	(1)	3
Sist. de Comunicação	1	-	(1)	0
Intangível	353	251	(106)	498
Diferido	107	-	(71)	36

O **Intangível** é composto dos gastos com aquisição de softwares relativos a sistemas de gestão e controle e aplicativos para automação das atividades, onde os benefícios econômicos futuros esperados, atribuíveis a esses bens, serão gerados em favor da entidade. São amortizados de acordo com a vida útil econômica estimada de 5 anos.

[Handwritten signatures and initials]

Em conformidade com a Instrução Normativa CGPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, o saldo constante em 31/12/2009 do Diferido poderá permanecer nesta classificação até sua completa amortização.

- (i) O Imóvel de Uso Próprio é composto pelos conjuntos 11, 171 e 172 situados na Alameda Santos nº 1827, no 1º e 17º andar respectivamente. Tais conjuntos foram reavaliados no exercício de 2012 pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia Ltda., CREA - SP 324322. Na avaliação técnica a empresa seguiu as prescrições das normas técnicas 14.653-1/01 e 14.653-2/11 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e adotou o "Método da Renda" que identifica o valor do bem, com base na capitalização presente da sua renda líquida prevista, considerando-se cenários viáveis". A empresa emitiu laudo com valor de mercado de R\$ 9.890 pelos (03) três conjuntos que comparado ao valor de registro contábil, representou no exercício uma valorização de R\$ 5.233 que foi contabilizada na conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa - PGA - item Outras: Outras Receitas Administrativas. O tempo de vida útil remanescente foi estimado em 47 anos a uma taxa de depreciação de 2,13% ao ano.

6 Exigível Operacional

6.1 Exigível Operacional Previdencial

Representam os valores de obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios dos planos aos Participantes:

Plano	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>Plano de Benefícios I – BD</u>	<u>3.315</u>	<u>3.019</u>
Benefícios a Pagar	2.982	2.716
Retenções a Recolher	162	151
Outras Exigibilidades	171	152
<u>Plano de Benefícios II – CV</u>	<u>369</u>	<u>389</u>
Benefícios a Pagar	314	312
Retenções a Recolher	20	22
Outras Exigibilidades	35	55
Total	<u>3.684</u>	<u>3.408</u>

6.2 Exigível Operacional do Plano de Gestão Administrativa – PGA

Referem-se a pagamentos com pessoal e encargos, fornecedores, Obrigações Fiscais e outros:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Folha de Pagamento	1.167	998
Fornecedores	978	860
Retenções a Recolher	376	354
Outras Exigibilidades	286	284
Total	<u>2.807</u>	<u>2.496</u>

6.3 Exigível Operacional dos Investimentos

Nos Investimentos representam compromissos referentes a cotas a integralizar de Fundos de Investimentos em Participações - FIPs e investimentos imobiliários, bem como, liquidações financeiras referentes a operações do mercado de renda variável e outros, conforme detalhado abaixo:

Plano	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>Plano de Benefícios I – BD</u>	<u>51.755</u>	<u>22.344</u>
Fundos de Partic. em Ações – FIP (b)	47.513	16.361
Ações – Companhias Abertas	828	828
Investimentos Imobiliários	712	712
Derivativos (a)	0	227
Empréstimos e Financiamentos	129	124
Fundos de Investimentos Imobiliários – FII (b)	2.040	3.360
Outras Exigibilidades	533	732
<u>Plano de Benefícios II – CV</u>	<u>29.633</u>	<u>14.605</u>
Fundos de Partic. em Ações – FIP (b)	27.764	11.690
Fundos de Investimentos Imobiliários – FII (b)	1.360	2.240
Derivativos (a)	0	237
Empréstimos e Financiamentos	50	64
Outras Exigibilidades	459	374
<u>Plano de Gestão Administrativa-PGA</u>	<u>388</u>	<u>439</u>
Derivativos (a)	0	51
Outras Exigibilidades	388	388
Total	<u>81.776</u>	<u>37.388</u>

(a) Refere-se a prêmio a pagar referente a opções de compra de ações.

(b) Vide nota explicativa nº. 4.3.3.1 e 4.3.3.2

7 Exigível Contingencial

O Instituto possui provisão para contingências constituída com base na opinião da Assessoria Jurídica e estão discriminadas por natureza conforme abaixo:

Descrição	Civil	Fiscal (a)	Investimentos (b)	Total
Saldo do Exercício Anterior	24	8.925	742	9.691
Plano de Benefícios I	24	-	333	357
Plano de Benefícios II	-	-	55	55
PGA	-	8.925	354	9.279
Constituições	21	733	0	754
Plano de Benefícios I	21	-	-	21
PGA	-	733	-	733
Saldo do Exercício Atual	45	9.658	742	10.445
Plano de Benefícios I	45	-	333	378
Plano de Benefícios II	-	-	55	55
PGA	-	9.658	354	10.012

(a) **PGA – PIS/COFINS:** O Metrus impetrou o Mandado de Segurança nº 2006.61.00.006831-0 contra o Delegado Especial das Instituições Financeiras - DEINF em São Paulo, objetivando garantir o direito líquido e certo de o Instituto não se sujeitar ao recolhimento das referidas contribuições, uma vez que, tratando-se de Entidade Fechada de Previdência Complementar, se considerada a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei 9.718/98, não auferir faturamento, ou seja, não vende mercadorias ou serviços, que é a atual base de cálculo das contribuições. Em 10 de abril de 2006, foi publicada a decisão que deferiu a realização dos depósitos judiciais dos valores envolvidos, vindo o Instituto, desde 12 de abril de 2006, depositando-os judicialmente. Tais valores representam no final do exercício R\$ 9.658.

(b) **Investimentos:** representam bloqueios judiciais efetuados em contas correntes do Instituto, por meio do sistema SISBACEN, referentes às reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados da EMTEL contra ela e, quando denunciado à lide, também contra o Metrus, sendo que eventuais ônus decorrentes para o Instituto são suportados pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô conforme descrito na nota explicativa nº 12.

O Metrus possui processos de revisão de benefícios no Plano de Benefícios I, onde a opinião da Assessoria Jurídica classifica como expectativas de perda possível, onde os valores das causas montam o valor de R\$ 133.

8 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos Planos foram constituídas com base no Parecer Atuarial da empresa especializado GAMA Consultores Associados Ltda. com data base em 31 de dezembro de 2013 e representam os compromissos atuais e futuros do Instituto no encerramento do período com os participantes e seus beneficiários. Baseado em estudo de aderência para cálculo das provisões matemáticas foram utilizadas as seguintes hipóteses e premissas:

Plano	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>Plano de Benefícios I - BD</u>		
▪ Hipóteses Econômicas		
Taxa Real Anual de Juros	5,75%	5,75%
Projeção de Crescimento Real dos Salários	1,67% a.a	1,60% a.a
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0%	0%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários e dos Benefícios	0,9801%	0,98%
▪ Hipóteses Biométricas		
Hipóteses sobre Rotatividade	Experiência GAMA PI – 2003 a 2012	Experiência Towers (2/x – 0,04)
Tábua Mortalidade Geral	AT-83	IBGE 2010
Tábua Mortalidade de Inválidos	IBGE 2010	IBGE 2010
Tábua Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
▪ Método Atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
<u>Plano de Benefícios II - CV</u>		
▪ Hipóteses Econômicas		
Taxa Real Anual de Juros	5%	4,5%
Projeção de Crescimento Real dos Salários	2,01% a.a.	2,52% a.a.
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0%	0%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários e dos Benefícios	0,9801%	0,98%
▪ Hipóteses Biométricas		
Hipóteses sobre Rotatividade	Experiência GAMA PII – 2003 a 2012	Experiência Towers (2/x – 0,04)
Tábua Mortalidade Geral	AT - 2000	IBGE 2010
Tábua Mortalidade de Inválidos	IBGE 2010	IBGE 2010
Tábua Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
▪ Método Atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

8.1. Patrimônio de Cobertura dos Planos Consolidado - Planos I e II

DISCRIMINAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DOS PLANOS	1.398.296	1.368.264
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.405.459	1.375.294
Benefícios Concedidos	511.741	501.416
Plano I - Benefício Definido	477.029	472.715
Plano II	<u>34.712</u>	<u>28.701</u>
Contribuição Definida	3.793	1.926
Benefício Definido	30.919	26.775
Benefícios a Conceder	1.022.417	1.009.029
Plano I - Benefício Definido	539.407	574.981
Plano II - Contribuição Definida	<u>483.010</u>	<u>434.048</u>
Contribuição Definida	436.684	393.818
Benefício Definido	46.326	40.230
Provisões Matemáticas a Constituir	(128.699)	(135.151)
(-) Serviço Passado	(1.269)	(3.470)
Plano I - Benefício Definido	0	(1.913)
Plano II - Contribuição Definida	(1.269)	(1.557)
(-) Déficit Equacionado	(127.430)	(131.681)
Plano I - Benefício Definido	(122.819)	(131.681)
Plano II - Benefício Definido	(4.611)	-
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	(4.568)	(7.030)
Plano I - Benefício Definido	57	227
Plano II - Contribuição Definida	(4.625)	(7.257)

- **Benefícios Concedidos:** representa o valor atual dos benefícios dos planos a serem pagos pela Entidade aos seus assistidos e beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada.
 - **Benefícios a Conceder:** representa o valor atual dos benefícios dos planos necessários para a cobertura dos compromissos futuros da Entidade com os participantes e beneficiários que ainda não estão em gozo de benefício de prestação continuada.
 - **Provisões Matemáticas a Constituir:** representa o valor atual das contribuições extraordinárias futuras já vigentes, referentes:
- a) **Serviço passado** – as contribuições para amortização do Plano de Benefícios I encerraram-se em março de 2013 e o prazo remanescente no Plano de Benefícios II é de 5 anos e 7 meses a partir de janeiro de 2014.

- b) **Déficit Equacionado** - representa a insuficiência patrimonial para a cobertura dos compromissos dos Planos. O valor apresentado no exercício no Plano de Benefícios I de R\$ 122.819 (R\$ 131.681 no exercício anterior), reflete, principalmente as mudanças nos parâmetros técnicos mínimos (premissas e hipóteses) ocorridos no exercício de 2006 por força da Resolução CGPC nº 18 de 28 de março de 2006. O prazo remanescente de amortização para o equacionamento do déficit é de 5 anos e 5 meses contados a partir de janeiro de 2014.
- (c) **Equilíbrio Técnico – Superávit / Déficit Técnico Acumulado:** apurado entre a diferença do Ativo Líquido (Ativo menos Exigível Operacional, Contingencial) e as Provisões Matemáticas e fundos. No exercício de 2013, a avaliação atuarial apurou um superávit técnico acumulado no Plano de Benefícios I de R\$ 57 e o Plano de Benefícios II, apesar de obter no ano um superávit de R\$ 2.632, encerrou o exercício com déficit técnico acumulado de R\$ 4.625. Tais resultados foram suportados pelas hipóteses e premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano descrita na nota explicativa nº 8.

Nos termos da Resolução MPS/CGPC n.º 26 de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC n.º 13, de 14 de novembro de 2013 não há necessidade da realização do equacionamento imediato do déficit técnico apresentado no Plano de Benefícios II, pois foi inferior a 10% das Provisões Matemáticas estruturadas em Benefício Definido do Plano e não apresentou déficit consecutivo nos últimos três exercícios.

Baseado em estudo de aderência de hipótese e premissas, no exercício de 2013, o Instituto manteve a taxa real anual de juros de 5,75% para o Plano de Benefícios I e aumentou para 5% no Plano de Benefícios II para cálculo das provisões matemáticas, que refletiu no patrimônio de cobertura dos planos.

8.2 Evolução Patrimonial Previdencial

A evolução patrimonial no último biênio e a respectiva cobertura do passivo atuarial, que representa o compromisso para pagamento dos benefícios de seus participantes, é apresentada abaixo. Em 31 de dezembro de 2013 o patrimônio cobria 273% dos Benefícios Concedidos dos planos e 99,7% do Passivo Atuarial total.

PLANOS I E II	Exercício Atual (A)	Exercício Anterior (B)	Varição (A)/(B) %
1. Patrimônio de Cobertura do Plano (2+3+4)	1.400.891	1.368.264	2,38
2. Provisões Matemáticas (2.1 + 2.2)	1.534.158	1.510.445	1,56
2.1 Benefícios Concedidos	511.741	501.416	2,06
2.2 Benefícios a Conceder	1.022.417	1.009.029	1,33
3. Provisões Matemáticas a Constituir	(128.699)	(135.151)	(4,77)
3.1 Serviço Passado	(1.269)	(3.470)	(63,43)
3.2 Déficit Equacionado	(127.430)	(131.681)	(3,23)

PLANOS I E II	Exercício Atual (A)	Exercício Anterior (B)	Varição (A)/(B) %
4. Déficit Técnico Acumulado	(4.568)	(7.030)	(35.02)
5. Cobertura (%)			
5.1 Benefícios Concedidos (1) / (2.1)	273%	273%	
5.2 Total do Exigível Atuarial (1) / (2+3)	99,7%	99,5%	

9 Fundos

9.1 Fundo Previdencial

Foram constituídos / revertidos, na avaliação atuarial, os Fundos de Cobertura de Oscilação de Riscos e de Saldo Remanescente Patrocinadora no Plano de Benefícios II que ao final do exercício apresenta o valor de R\$ 10.186 (R\$ 9.838 em 2012).

9.1.1 Plano de Benefícios II

Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos: constituído pelo Atuário com a finalidade de cobrir possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos morte, invalidez, auxílio doença e benefício mínimo em relação ao estimado na avaliação atuarial e possíveis aumentos na sobrevivência dos Assistidos e dos Pensionistas. No exercício foi constituído o valor de R\$ 2.392 e ao final do exercício apresenta o valor de R\$ 9.716 (R\$ 7.324 em 2012).

O Fundo de Saldo Remanescente Patrocinadora: é constituído pela parte do saldo de conta das Patrocinadoras que não é utilizada no cálculo dos benefícios ou dos institutos por ocasião de restituição / portabilidade pelo participante. No exercício foi revertido para o patrimônio do Plano de Benefícios II o saldo existente em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 2.514 para cobertura de déficit técnico ocasionado pela redução da taxa real anual de juros de 5% para 4,5%. Tal reversão foi autorizada pelo Conselho Deliberativo, conforme artigo 66 § 3º do Regulamento do Plano por intermédio da RCD nº. 002/2013 de 12 de março de 2013. No final do exercício esse fundo apresenta o valor de R\$ 470 provenientes de novas constituições no período.

9.2 Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é destinado a cobrir os gastos administrativos excedentes às contribuições administrativas de forma a obter desempenho e funcionamento da entidade em níveis adequados e são constituídos / revertidos pelo resultado positivo/negativo na apuração das receitas e despesas. No exercício foi constituído fundo no valor de R\$ 865, perfazendo no final do exercício o montante de R\$ 26.518 (R\$ 25.653 em 2012), composto por R\$ 11.201 de ativo permanente e R\$ 15.317 de recursos financeiros.

9.3 Fundos de Investimentos

São constituídos de percentuais da taxa de encargos do empréstimo pessoal e destina-se a cobertura de inadimplência das prestações e seguro em caso de morte ou invalidez do participante, conforme regulamento do Empréstimo Pessoal.

No exercício foi revertido para o Plano de Benefícios I o valor de R\$ 1.171 de Fundo de Inadimplência e R\$ 1.205 de Fundo por Morte e Invalidez. No Plano de Benefícios II foi constituído o valor de 218 de Fundo de Inadimplência e R\$ 316 de Fundo por Morte e Invalidez. No final do exercício de 2013 os saldos apresentavam os valores de R\$ 1.311 e R\$ 1.483, respectivamente, conforme detalhado a seguir:

Planos	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>Plano de Benefícios I – BD</u>	<u>364</u>	<u>2.741</u>
Fundo de Inadimplência	199	1.371
Fundo de Quitação por Morte / Invalidez	165	1.370
<u>Plano de Benefícios II - CV</u>	<u>2.430</u>	<u>1.894</u>
Fundo de Inadimplência	1.112	892
Fundo de Quitação por Morte / Invalidez	1.318	1.002
Total	<u>2.794</u>	<u>4.635</u>

10 **Plano de Gestão Administrativa - PGA**

O Regulamento do Plano de Gestão Administrativa foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 29 de dezembro de 2009 conforme determina a Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009. O Instituto adota dois indicadores de gestão para avaliação objetiva das despesas administrativas que estão descritos na nota explicativa nº 10.3.

10.1 **Receitas**

Representam as Contribuições Administrativas (Patrocinadoras e Participantes) transferidos da Gestão Previdencial, recursos transferidos dos Investimentos e reembolso efetuado pela Gestão Assistencial para cobertura dos gastos administrativos, conforme demonstrado a seguir:

Discriminação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receitas Administrativas	<u>25.421</u>	<u>28.371</u>
Custeio Administrativo Previdencial	<u>1.809</u>	<u>3.352</u>
Plano de Benefícios I – BD	1.086	2.129
Plano de Benefícios II – CV	723	1.223
Custeio Administrativo de Investimentos	<u>6.922</u>	<u>6.478</u>
Plano de Benefícios I – BD	4.586	4.491
Plano de Benefícios II – CV	2.336	1.987
Taxa Administrativa de Empréstimo Pessoal	<u>211</u>	<u>163</u>
Reembolso da Gestão Assistencial	<u>16.126</u>	<u>12.932</u>
Outras - (i)	<u>353</u>	<u>5.446</u>
Despesas Administrativas	<u>25.250</u>	<u>23.205</u>

- (i) No exercício anterior contempla neste item o valor de R\$ 5.233 referentes às reavaliações dos imóveis de uso próprio ocorrida no exercício anterior, citada nas notas explicativas nº 5 (i).

10.1.1 Custeio Administrativo Previdencial

Corresponde às transferências dos planos de benefícios referentes às Contribuições Administrativas efetuadas pelas Patrocinadoras e Participantes. As Patrocinadoras e Participantes (exceto sobre contribuições suplementares) contribuíram com 2% sobre suas contribuições e os assistidos contribuíram com 0,61% sobre o valor mensal dos benefícios, que representaram no exercício R\$ 1.086 no Plano de Benefícios I e R\$ 723 no Plano de Benefícios II.

10.1.2 Custeio Administrativo de Investimentos

Compõem-se das transferências, efetuadas mensalmente de recursos dos investimentos, correspondentes aos gastos administrativos necessários para gestão dos recursos garantidores dos planos.

Os recursos destinados ao Custeio Administrativo de Investimentos foram suportados pelo Plano de Benefícios I - R\$ 4.586; pelo Plano de Benefícios II - R\$ 2.336.

10.1.3 Reembolso da Gestão Assistencial

Conforme determina a Resolução CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009 as despesas administrativas de plano de assistência à saúde devem ser auferidas e custeadas integralmente com recursos do próprio plano de assistência à saúde. Desta forma, todos os gastos administrativos da Gestão Assistencial foram reembolsados ao PGA, inclusive os de investimentos que representaram no exercício R\$ 16.126 (R\$ 12.932 no exercício anterior).

10.2 Despesas Administrativas

As despesas administrativas foram suportadas pelas receitas advindas da Gestão Previdencial, dos recursos dos Investimentos, do reembolso da Gestão Assistencial e quando necessário utilizou-se recursos do Fundo Administrativo aprovados em orçamento.

No exercício de 2013 as despesas administrativas específicas foram apropriadas nas respectivas gestões (Previdencial, Assistencial e Investimentos) e os gastos comuns foram rateados proporcionalmente de acordo com as atribuições do pessoal alocado e as horas trabalhadas em cada uma das gestões. Os percentuais obtidos para alocação das despesas, utilizados durante o exercício, foram os seguintes: Gestão Previdencial 5%, Gestão dos Recursos de Investimentos 33% e Gestão Assistencial 62%.

As alocações das despesas administrativas na Gestão Previdencial entre os Planos de Benefícios I e II, para o exercício de 2013, foram rateadas de acordo com o Ativo de cada plano. Os percentuais obtidos para a alocação das despesas, utilizados durante o exercício, representaram em média 66,42% para o Plano de Benefícios I e 33,58% para o Plano de Benefícios II.

Os gastos administrativos de Investimentos foram suportados em sua totalidade pela Gestão dos Recursos de Investimentos e foram rateados de acordo com o Ativo de cada plano. Os percentuais médios utilizados para alocação das despesas foram 65,53% para o Plano de Benefícios I, 34,47% para o Plano de Benefícios II.

Com os critérios utilizados acima, o total dos gastos administrativos no exercício para os Planos de Benefícios I e II foram R\$ 6.193 e R\$ 2.913, respectivamente.

10.2.1 – Serviços de Terceiros

Os gastos administrativos na Gestão Previdencial e de Investimentos com serviços de terceiros no exercício foram:

Descrição	Valor
Assessoria e Consultoria Atuarial	173
Assessoria e Consultoria de Investimentos	334
Consultoria Jurídica	467
Assessoria de Informática	179
Taxa de Custodiante	373
Auditoria Contábil	32
Outros	169
Total	1.727

10.3 Indicadores de gestão

O Metrus adotou para o exercício os seguintes indicadores de Gestão:

Índices	2013	2012
<u>Despesas Adm. Investimentos</u> Ativo Total - (ii)	0,48%	0,44%
<u>Custeio Administrativo - (i)</u> Ativo Total - (ii)	0,58%	0,68%

- (i) **Taxa de Administração:** Índice de 1% adotado, no Regulamento do PGA, como limitador anual de recursos destinados pelo conjunto de planos de benefícios para o plano de gestão administrativa.
- (ii) Valor descontado o ativo da Gestão Assistencial.

10.4 Anulação da Participação no PGA na Consolidação do Balanço Patrimonial

	Plano I	Plano II	PGA	Demonstra tivo Auxiliar	Gestão Assistencial	Consolidado
Ativo	966.843	559.051	39.725	(25.653)	105.020	1.644.121
Disponível	1.448	2.172	511	-	-	4.131
Gestão Previdencial	3.107	3.732	-	-	-	6.839
Gestão Administrativa	17.356	9.162	13.893	(26.518)	-	13.893
Investimentos	944.932	543.985	14.120	-	-	1.503.037
Permanente	-	-	11.201	-	-	11.201
Gestão Assistencial	-	-	-	-	105.020	105.020
Passivo	966.843	559.051	39.725	(25.653)	105.020	1.644.121
Gestão Previdencial	3.316	368	-	-	-	3.684
Gestão Administrativa	-	-	2.807	-	-	2.807
Investimentos	51.755	29.633	388	-	-	81.776
Exigível Contingencial	378	55	10.012	-	-	10.445
Patrimônio Cobertura do Plano	893.674	507.217	-	-	-	1.400.891
Fundos	17.720	21.778	26.518	(26.518)	-	39.498
Gestão Assistencial	-	-	-	-	105.020	105.020

11 Gestão Assistencial

A partir do exercício de 2010, as entidades fechadas de previdência complementar, que nos termos do artigo 76 da Lei Complementar nº 109 de 2001 foram autorizadas a continuar oferecendo a seus participantes e assistidos benefícios assistenciais à saúde, passaram a elaborar as demonstrações contábeis do plano assistencial, de acordo com o plano de contas instituído para o setor de saúde suplementar, cujas demonstrações são encaminhadas à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O plano assistencial denominado "Metrus Saúde", para fins societários, é parte integrante do Metrus, cujo total de ativos e passivos, no montante de R\$ 105.020 (R\$ 112.548, em 2012) foram incluídos, respectivamente, na rubrica Gestão Assistencial no Balanço Patrimonial Consolidado do Instituto de 31 de dezembro de 2013, de acordo com as normas estabelecidas na Instrução Normativa SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009.

11.1 Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial "Metrus Saúde"**BALANÇO PATRIMONIAL DO PLANO ASSISTENCIAL - METRUS SAÚDE**
31 de dezembro de 2013 e 2012

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	<u>53.182</u>	<u>26.121</u>
Disponível	283	467
Realizável	<u>52.899</u>	<u>25.654</u>
Aplicações Financeiras	41.861	16.117
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	11.604	-
Aplicações Não Vinculadas	30.257	16.117
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	<u>10.935</u>	<u>9.486</u>
Contraprestação Pecuniária a receber	4.480	4.201
Outros Créditos de Operações com Planos de Assist. à Saúde	6.455	5.285
Bens e Títulos a Receber	104	51
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>51.837</u>	<u>86.427</u>
Realizável a Longo Prazo	<u>50.149</u>	<u>84.765</u>
Aplicações Financeiras	49.651	84.535
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	-	9.412
Aplicações Não Vinculadas	49.651	75.123
Depósitos Judiciais e Fiscais	498	230
Imobilizado	<u>1.688</u>	<u>1.662</u>
Imóveis de Uso Próprio	1.688	1.662
<u>TOTAL DO ATIVO</u>	<u>105.020</u>	<u>112.548</u>

PASSIVO	Exercício Atual	Exercício anterior
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>30.361</u>	<u>27.113</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assist. à Saúde	27.946	25.069
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	849	569
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prest. Serviços Assistenciais	11.777	11.501
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	15.320	12.999
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	574	445
Débitos Diversos	1.841	1.599
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>139</u>	<u>149</u>
Provisões para Ações Judiciais	139	149
<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>74.520</u>	<u>85.286</u>
Reservas	74.520	85.286
Reservas de Sobras	74.520	85.286
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>	<u>105.020</u>	<u>112.548</u>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DO PLANO ASSISTENCIAL -
METRUS SAÚDE**
31 de dezembro de 2013 e 2012

Discriminação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	<u>131.015</u>	<u>112.629</u>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	132.175	113.716
Contraprestações Líquidas	132.175	113.716
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(1.160)	(1.087)
Eventos Indenizáveis Líquidos	<u>(130.048)</u>	<u>(110.612)</u>
Eventos Conhecidos ou Avisados	(127.727)	(108.473)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(2.321)	(2.139)
RESULTADO DAS OPER. COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	<u>967</u>	<u>2.017</u>
Receitas de Assistência a Saúde Não Relacionadas com Planos de Assistência de Saúde da Operadora	4	4.869
Outras Receitas Operacionais	4	4.869
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	<u>(350)</u>	<u>(203)</u>
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(145)	(179)
Provisão Para Perdas Sobre Créditos	(205)	(24)
RESULTADO BRUTO	<u>621</u>	<u>6.683</u>
Despesas Administrativas	(16.186)	(12.927)
Resultado Financeiro Líquido	<u>4.799</u>	<u>5.186</u>
Receitas Financeiras	28.910	41.088
Despesas Financeiras	(24.111)	(35.902)
RESULTADO LÍQUIDO	<u>(10.766)</u>	<u>(1.058)</u>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DO PLANO ASSISTENCIAL -
METRUS SAÚDE**
31 de dezembro de 2013 e 2012

Discriminação	Reservas de Sobras	Superávits Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	86.344	-	86.344
Déficit do exercício		(1.058)	(1.058)
Absorção do déficit pelas Reservas de Sobras	(1.058)	1.058	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	85.286	-	85.286
Déficit do exercício		(10.766)	(10.766)
Absorção do déficit pelas Reservas de Sobras	(10.766)	10.766	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	74.520	-	74.520



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PLANO ASSISTENCIAL -
METRUS SAÚDE
31 de dezembro de 2013 e 2012**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos de Saúde	148.567	128.972
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	51.609	98.936
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	14.178	7.404
(+) Outros Recebimentos Operacionais	-	4.869
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(158.243)	(131.242)
(-) Pagamento de Tributos	(4.654)	(4.266)
(-) Aplicações Financeiras	(51.150)	(104.030)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(491)	(334)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>(184)</u>	<u>309</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	<u>(184)</u>	<u>309</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	<u>(184)</u>	<u>309</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	<u>(184)</u>	<u>309</u>
CAIXA - Saldo Inicial	467	158
CAIXA - Saldo Final	283	467
Ativos Livres no Início do Período	91.707	89.188
Ativos Livres no Final do Período	80.191	91.707
Aumento (Diminuição) nas Aplicações Financeiras - RECURSOS LIVRES	<u>(11.516)</u>	<u>2.519</u>

11.2 Sumário das notas explicativas às demonstrações Contábeis do Plano Assistencial "Metrus Saúde", citadas no item 11.1 acima.

11.2.1 Apresentação das Demonstrações contábeis do Plano Assistencial

As presentes demonstrações contábeis se referem exclusivamente ao plano de assistencial da Metrus Saúde e foram elaboradas de acordo com a Resolução Normativa - RN nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, alterada pela Resolução Normativa - RN nº 322, de 27 de março de 2013 e Resolução Normativa - RN nº 344, de 20 de dezembro de 2013, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e estão sendo apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela ANS.

A ANS incorporou à legislação de saúde suplementar as diretrizes aplicáveis dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

11.2.2 Principais Práticas Contábeis

Apuração do resultado

a) Receitas: O resultado do exercício foi apurado obedecendo ao regime de competência. As rendas oriundas de dividendos, de juros sobre capital próprio e de bonificações, decorrentes de investimentos em ações, foram reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas. As contraprestações provenientes das operações dos planos de saúde de modalidade pré-estabelecido foram apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - "pro rata" dia - do período de cobertura individual de cada contrato a partir do primeiro dia de cobertura.

O Plano de Assistência Metrus Saúde Integral - MSI é um benefício assistencial na modalidade de autogestão de saúde destinado aos empregados da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ e do Metrus - Instituto de Seguridade Social, respectivos dependentes e pais economicamente dependentes.

As Patrocinadoras contribuem mensalmente com percentual definido atuarialmente, equivalente a 15,30% do total da folha de pagamento nominal dos Participantes do plano coletivo e com uma taxa de administração de 12% sobre as receitas do Plano MSI para a cobertura dos gastos administrativos.

Os Participantes Titulares contribuíram com parcelas fixas, que correspondem a 2% do salário nominal para o Fundo de Subsídio para os Aposentados – FSA e parcelas variáveis, que representam a sua coparticipação no custeio do plano, pela utilização dos serviços.

As modalidades Metrus Saúde Especial - MSE, Básico - MSB e Odontológico - MSO são Planos autofinanciados destinados aos ex-empregados elegíveis, aposentados e afastados da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e do Metrus, pensionistas vinculados aos Planos de Previdência Suplementar, pais, padrastos, menores sob guarda ou tutela, irmãos designados e filhos dos empregados do Metrô e do Metrus. As fontes de receitas são compostas de contribuições mensais dos participantes, vinculados aos respectivos planos e de parcelas variáveis de custeio por utilização dos serviços (coparticipação).

b) Despesas: Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão.

Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Metrus Saúde use de julgamento na determinação e no registro de determinadas estimativas.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, mensuração dos ativos avaliados ao valor justo, ajustes na provisão para realização de contas a receber, provisões técnicas, e para provisões para riscos de contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões decorrentes do nível de subjetividade considerado no processo de sua determinação. O Instituto revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

Aplicações Financeiras

Para a avaliação dos ativos de renda fixa, renda variável, fundos de investimentos e operações com derivativos (opções de ações), foi observada a legislação estabelecida pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. De acordo com a OCPC nº 3 (Orientação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) os ativos pertencem à categoria de Instrumento Financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, classificados como Títulos mantidos para negociação.

- **Títulos de Renda Fixa:** compreende as operações com rendas definidas, podendo ser pré ou pós-fixadas e são registradas na ocasião da aplicação pelos valores efetivamente pagos acrescidos dos rendimentos auferidos "pro rata temporis", em função dos dias decorridos até a data do balanço, ajustados, se for o caso, a valor de mercado.
- **Ativos de Renda Variável:** As ações adquiridas no mercado à vista são contabilizadas pelo custo de aquisição acrescido das despesas diretas de corretagem, emolumentos e outras taxas incidentes à operação e foram precificadas a valor de mercado pela cotação de fechamento do último dia útil do mês. A variação apurada entre os custos das ações e seus respectivos valores de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício. As rendas oriundas de dividendos, de juros sobre capital próprio e de bonificações, decorrentes de investimentos em ações, foram reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas;
- **Fundos de investimentos:** são contabilizados pelos valores desembolsados e avaliados pelo valor da quota calculada pelo Administrador.

Contraprestações Pecuniárias a Receber

São registradas pelos valores nominais das contribuições das Patrocinadoras e Participantes do Plano MSI (15,30% e 2%, respectivamente), das Mensalidades dos beneficiários dos Planos MSE, MSB e MSO, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com mensalidade e despesas vencidas há mais de 90 dias.

Imobilizado

São registrados ao custo de aquisição e depreciados pelo método linear com base na vida útil estimadas dos bens.

Provisões Técnicas

Conforme Resolução Normativa - RN nº. 209, de 22 de dezembro de 2009, da Agência Nacional da Saúde Suplementar - ANS, o Instituto constituiu a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), a qual é constituída sobre 12% (doze por cento) do total de eventos indenizáveis na modalidade de preço preestabelecido, nos últimos 12 (doze) meses, exceto aqueles referentes às despesas odontológicas.

A provisão de eventos a liquidar é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras, conforme estabelecido pela ANS.

Tributos e Encargos Sociais

O Metrus é uma sociedade civil sem fins lucrativos e a Lei de nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades de Previdência Privadas da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações financeiras. As contribuições de PIS e COFINS foram recolhidas conforme Instrução Normativa RFB 1.285 de 13 de agosto de 2012, que define a base de cálculo para as entidades de previdência complementar.

Reservas de Sobras (Fundos)

São constituídas de acordo com os regulamentos dos Planos de Assistência à Saúde e destinam-se à manutenção do equilíbrio dos planos objetivando a cobertura das oscilações de custo e subsídio ao aposentado e são apuradas pelo resultado positivo / negativo entre as receitas e despesas da operadora, acrescido das remunerações das aplicações financeiras. Durante o exercício de 2013 foi utilizado da reserva o valor de R\$ 10.766 referente ao resultado negativo do período. O saldo dessa Reserva em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 74.520 (R\$ 85.286 em 2012).

11.2.3 Aplicações financeiras Vinculadas às Provisões Técnicas

O Instituto vinculou, de acordo com as regras estabelecidas pela Resolução Normativa - RN nº 159/07, de 04 de julho de 2007, 72/72 de ativos garantidores que estão aplicados em fundos de investimento dedicados aos planos de saúde que lastreiam as provisões técnicas.

Os ativos garantidores dos Planos de Assistência à Saúde tem a seguinte composição:

(A) - Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Títulos de Renda Fixa - Privados	11.604	9.412
Cotas de Fundos de Investimentos - FIF	11.604	9.412

(B) - Aplicações Não Vinculadas às Provisões Técnicas

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Títulos de Renda Fixa - Privados	77.333	81.528
Depósitos Bancários a Prazo - CDB	20.439	28.269
Cotas de Fundos de Investimentos – (iv)	16.705	18.438
Outros títulos de Renda Fixa	<u>40.189</u>	<u>34.821</u>
Certificado de Cédula de Crédito Bancário – CCCB – (iii)	31.092	27.736
Depósito a prazo com Garantia Especial - DPGE	3.945	3.403
Debêntures não Conversíveis	5.152	3.682
Títulos de Renda Fixa - Públicos	3.652	6.281
Títulos da dívida Pública Interna - Federal - NTN-B	3.652	6.281
Títulos de renda Variável	8.781	13.411
Cotas de Fundos de Investimento - (i)	5.968	11.375
Ações	2.813	1.552
Opções	-	484
(-) Provisão - (ii)	(9.858)	(9.980)
Total das aplicações não vinculadas	79.908	91.240
Total Geral - (A+B)	91.512	100.652

- (i) O fundo de investimento exclusivo de ações Itaú Unibanco FIA no valor de R\$ 2.050, existente em 31 de dezembro de 2012, foi encerrado no exercício de 2013.
- (ii) **Certificado de Depósito Bancário – CDB:** O Metrus, no exercício de 2012, no bojo de um processo de recuperação de investimentos, onde o Instituto negociou a venda dos CCBs de emissão da Secred SPE S.A e Allcred SPE S.A originados pelo Banco Morada S.A., adquiriu CDB do Banco Cruzeiro do Sul S.A no valor original de R\$ 9.490, decorrente de acordo de investimentos. Com a liquidação extrajudicial do banco em 14 de setembro de 2012 pelo Banco Central do Brasil – BACEN, em razão de não possuir informações sobre a situação patrimonial do banco o Instituto efetuou a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa de 100% do valor dos referidos CDB's, impactando no resultado das aplicações financeiras no exercício de 2012 em R\$ 9.980. Em 09 de outubro de 2013 foi publicado o Balanço Patrimonial (data base junho de 2013), bem como a lista de credores do Banco Cruzeiro do Sul que evidenciou um ativo de R\$ 8.222.947, já deduzidas as provisões para crédito de liquidação duvidosa. Conforme detalhado nas **Notas Explicativas n. 4.3.1.2 – item b** o Balanço do Banco apresentou o cálculo da moeda para os Credores Quirografários que representou 50,58% do ativo do banco, já descontados os Credores por Restituição, Preferenciais, Encargos da Dívida da Massa e Credores Privilegiados, ou seja, demonstrou que o banco tem capacidade para honrar com no mínimo com 50% dos créditos do Metrus detido junto ao Banco Cruzeiro do Sul. Diante disso, baseado no Parecer de consultoria jurídica externa e na decisão da Administração, o Instituto reverteu 50,58% do valor provisionado que representou o valor de R\$ 5.042 reconhecidos no resultado do exercício da Gestão Assistencial, conforme abaixo:



Descrição	Valor
Valor Provisionado em 31/12/2012	<u>(9.980)</u>
Reversão da Provisão	<u>5.042</u>
Saldo da Provisão	<u>(4.938)</u>

- (iii) **Certificado de Cédula de Crédito Bancário – CCCB:** o Instituto possui desde o exercício de 2009 aplicação em operação de CCCB no valor de R\$ 31.092 (valor em 31 de dezembro de 2013) com o Banco BANIF – Banco Internacional do Funchal S.A que é composta de cinco Cédulas de Crédito Bancário – CCB com taxa de retorno de IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) + 8,5%a.a. A operação foi efetuada num prazo de 180 meses com as seguintes garantias: a) coobrigação do banco que corrigida pelo IGP-M representa R\$ 31.087; b) alienação Fiduciária de bens imóveis de cada emissor do CCB; c) cessão fiduciária de direitos creditórios; e d) compromisso de substituição das CCB's inadimplentes por mais de 10 meses por novas CCB's com mesmo rating ou liquidação do saldo devedor da mesma. O Banco vinha honrando com os pagamentos das parcelas mensais de amortização e juros das CCCB's integralmente e a partir de maio de 2012 passou a efetuar pagamentos parciais. Os pagamentos das parcelas representaram no período adimplente o valor de R\$ 6.500 na Gestão Assistencial. Conforme detalhado nas **Notas Explicativas n.º 4.3.1.2 – item c**, como o Banco não cumpriu com a coobrigação pactuada o Metrus efetuou a Provisão para Liquidação Duvidosa das parcelas vencidas das CCCB's, que representou no resultado do exercício da Gestão Assistencial o valor de R\$ 4.920, conforme apresentado abaixo:

Descrição	Valor
Principal	17.948
Acréscimo	13.144
Total	<u>31.092</u>
Provisão	<u>(4.920)</u>
Saldo em 31/12/2013	<u>26.172</u>

- (iv) Com a intervenção decretada pelo BACEN em 19 de outubro de 2012, os FIDCs BVA Master, Master II e Master III sofreram impactos em razão da suspensão dos repasses dos recursos recebidos pelo banco. Os valores foram provisionados pelos fundos com consequentes reduções das cotas e diminuições dos patrimônios líquidos conforme **nota explicativa n.º 4.3.1.3 – item (i)**. Tais provisões representaram no exercício o valor de R\$ 2.451, que foram reconhecidos diretamente no resultado do exercício do plano assistencial:

Descrição	Valor
Saldo em 31/12/2012	2.490
Provisão	<u>(2.451)</u>
Saldo em 31/12/2013	39

O instituto possui, ainda, cotas mezanino do FIDC Banco do Cruzeiro do Sul VERAX CPP 360 no valor de R\$ 7.202, que, após a liquidação do referido banco, sofreu impacto da baixa de créditos inexistentes que foram absorvidos pelo Fundo e consumiu parte das cotas subordinadas não influenciando nas cotas mezanino e sênior conforme **nota explicativa n.º 4.3.1.3 – item (ii)**.

11.2.4 Contraprestações Pecuniárias a Receber (Contribuições e Mensalidades)

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Planos de Assistência à Saúde	4.460	4.401
Planos Coletivos	4.460	4.401
Plano MSE	1.148	1.150
Plano MSB	816	881
Plano MSI	1.245	1.232
Taxa Administrativa (i)	1.251	1.138
Plano Odontológico	76	75
Planos Coletivos	76	75
Plano MSO	76	75
Total	4.536	4.476
(-) Provisão Para Perdas sobre Créditos	(56)	(275)
Total Líquido	4.480	4.201

- (i) Em razão de alteração de planificação contábil essa rubrica foi reclassificada no exercício anterior para efeito de comparabilidade.

11.2.5 Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Está registrada nesta rubrica a participação dos beneficiários em eventos indenizáveis (coparticipação), conforme abaixo:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Assistência Médico Hospitalar	6.730	4.929
Planos Coletivos	6.730	4.929
Plano MSE	775	628
Plano MSB	669	393
Plano MSI	5.286	3.908
Assistência Odontológica	3	637
Planos Coletivos	3	637
Plano MSO	3	637
(-) Provisão Para Perdas sobre Créditos	(278)	(280)
Total Líquido	6.455	5.285

[Handwritten signatures and initials]

A composição dos valores a receber por idade está demonstrada a seguir:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
a) A Vencer	10.654	9.098
b) Vencidos	615	943
Até 30 dias	-	205
De 31 a 60 dias	281	106
De 61 a 90 dias	-	77
Vencidos há mais de 90 dias	334	555
Total (a+b)	11.269	10.041

11.2.6 Provisão de Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa

O Metrus Saúde observou, a partir do exercício de 2010, os critérios de constituição de provisão para perdas sobre créditos determinados pela Agência Nacional de Saúde - ANS por intermédio da Resolução Normativa - RN nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, alterada pela Resolução Normativa - RN nº 322, de 27 de março de 2013 e Resolução Normativa - RN nº 344, de 20 de dezembro de 2013, e constituiu provisão das contraprestações pecuniárias (mensalidades) e participação dos beneficiários em eventos (coparticipação) vencidos há mais de 90 dias. No final do exercício as provisões perfaziam o montante de R\$ 334, assim constituídas:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo Anterior	556	623
Constituição Líquida	205	277
Baixas	(427)	(344)
Saldo no final do exercício	334	556

11.2.6 Imobilizado

O Instituto utiliza-se da estrutura administrativa do Plano de Gestão Administrativa - PGA dos Planos de Previdência para administração dos Planos de Assistência à Saúde. As depreciações e amortizações são apuradas por meio de rateio e registradas no Plano de Assistência à Saúde. O Instituto possui um conjunto 21 situado na Alameda Santos, 1827 - 2º andar registrado como Imóvel de Uso Próprio não Hospitalar para as atividades administrativas do Plano de Assistência à Saúde, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Exercício de 2012	Adição	(-) Depreciação Acumulada	Exercício de 2013
Terrenos	477	-	-	477
Edificação	1.185	139	(113)	1.211
Total	1.662	139	(113)	1.688

O tempo de vida útil foi estimado, por empresa especializada, em 40 anos a uma taxa de depreciação de 2,50% ao ano.

11.2.7 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde e Outros Passivos

Estão registrados no Passivo Circulante os valores a pagar referente à utilização da rede de credenciados, os tributos, encargos sociais a recolher, eventos ocorridos e conhecidos e a Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos que não tenham sido avisados (PEONA), constituído integralmente pelo Instituto. Abaixo segue a composição comparativa:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
a) Provisões Técnicas de Operações de Assistência a Saúde	27.946	25.069
Provisões Técnicas de Operações de Assistência Médico-Hospitalar	27.891	24.996
Provisões de Eventos a Liquidar para o Sus (i)	849	569
Provisões de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	<u>11.722</u>	<u>11.428</u>
Plano MSI	8.340	8.207
Plano MSE	1.743	1.608
Plano MSB	1.639	1.613
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	15.320	12.999
Provisões Técnicas de Operações de Assistência Odontológica (Plano MSO)	55	73
b) Tributos e encargos sociais a recolher	574	445
Contribuições Previdenciárias - INSS	100	103
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	73	139
Impostos s/ Serviços Retido na Fonte	108	63
Contribuições Previdenciárias Retido na Fonte	27	31
Outros (PIS / COFINS / CSLL Retido na Fonte)	266	109
	1.841	1.599
c) Débitos Diversos - (ii)	30.361	27.113
Total (a+b+c)	30.361	27.113

Em 31 de dezembro de 2013, as garantias financeiras eram constituídas integralmente por aplicações financeiras.

- (i) O valor do exercício anterior foi reclassificado em razão de alteração de planificação contábil.
- (ii) Os principais valores registrados em Débitos Diversos são relativos a reembolsos a serem efetuados ao Plano de Gestão Administrativa - PGA referente aos gastos administrativos dos Planos de Assistência à Saúde e aos gastos para administração dos recursos dos investimentos nos valores de R\$ 1.753 e R\$ 84, respectivamente.

11.2.8 Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS

• Ressarcimento ao SUS

A lei nº 9.656/98 no artigo 32 estabelece que: "Serão ressarcidos pelas operadoras os serviços de atendimento à saúde previstos nos respectivos contratos, prestados a seus consumidores e respectivos dependentes, em instituições públicas e privadas, conveniadas ou contratadas, integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS)". O Metrus questiona judicialmente a legalidade, de tais ressarcimentos, por meio da Ação Declaratória C/C Ação Anulatória de Débito Fiscal, processo nº 2008.51.01.006284-9 em trâmite perante a 3ª vara da seção judiciária do Rio de Janeiro contra a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. O Instituto, por ter obtido autorização judicial, realiza depósitos dos valores requeridos junto à Caixa Econômica Federal, além do reconhecimento dos valores a pagar constituídos através da provisão total de eventos/sinistros a liquidar. No final do exercício o montante da referida provisão é de R\$ 849 (R\$ 569 em 2012), registrado na conta de Provisões de Eventos a Liquidar para o SUS no Passivo Circulante.

11.2.9 Provisão para Contingências

a) Contingências com risco de Perda Provável

O Metrus constituiu provisão para contingências com base na opinião da Assessoria Jurídica e os riscos classificados como perda provável foram provisionados e representam o valor de R\$ 139 (R\$ 149 em 2012), registrado na conta de Provisões, apresentada no Passivo Não Circulante.

O Metrus possui processos, onde a opinião da Assessoria Jurídica classifica como expectativas de perda possível onde os valores das causas montam o valor de R\$ 168.

b) PIS / COFINS

O Metrus impetrou o Mandado de Segurança nº 2006.61.00.006831-0 contra o Delegado Especial das Instituições Financeiras - DEINF em São Paulo, objetivando garantir o direito líquido e certo de o Instituto não se sujeitar ao recolhimento das referidas contribuições, uma vez que, tratando-se de Entidade Fechada de Previdência Complementar, se considerada a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei 9.718/98, não aufere faturamento, ou seja, não vende mercadorias ou serviços, que é a atual base de cálculo das contribuições. Em 10 de abril de 2006, foi publicada a decisão que deferiu a realização dos depósitos judiciais dos valores envolvidos, vindo o Instituto, desde 12 de abril de 2006, depositando-os judicialmente. Os valores incidentes sobre a base de cálculo do Plano Metrus Saúde, são reembolsados ao Plano de Gestão Administrativa - PGA da previdência e em 31 de dezembro de 2013, os depósitos judiciais no ativo, e a provisão contingencial no passivo, registrados PGA, montam em R\$ 9.657 (R\$ 8.498 em 2012).

11.2.10 Patrimônio Social do Plano Assistencial

O Patrimônio social foi constituído conforme Regulamento dos Planos de Assistência à Saúde e representa uma reserva técnica financeira objetivando a cobertura das oscilações mensais de custos dos planos.

Destinação do Superávit/Déficit

De acordo com os Regulamentos dos Planos de Assistência à Saúde o resultado foi destinado às Reservas de Lucros / Reserva de Sobras com o objetivo de garantir assistência à Saúde à população assistida. No exercício, o resultado foi deficitário em R\$ 10.766 (R\$ 1.058 em 2012) utilizado da Reserva de Sobras.

11.2.11 Despesas Administrativas

Para registros das despesas administrativas dos Planos de Assistência à Saúde o Instituto utiliza-se da mesma estrutura administrativa operacional dos Planos de Previdência com os seguintes critérios: a) as despesas específicas são alocadas em seu respectivo plano e; b) as despesas comuns são rateadas na proporção média de 62% para a Gestão Assistencial com base nas atribuições de pessoal alocado e as horas trabalhadas em cada uma das gestões. Os gastos administrativos dos Planos de Assistência à Saúde são registrados, mensalmente, em seu respectivo Balancete.

As despesas administrativas estão demonstradas a seguir.

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Pessoal	9.651	7.321
Serviços de Terceiros - (a)	2.777	2.094
Despesas com Localização e Funcionamento - (b)	1.561	1.344
Depreciação e Amortização	307	323
Despesas com Publicidade e Propaganda	605	417
Despesas com Tributos - (c)	505	1.158
Despesas Administrativas Diversas	780	270
Total	16.186	12.924

- (a) Compreendem serviços de assessoria jurídica, Auditoria, consultoria empresarial e outros;
- (b) Utilização e manutenção das instalações do Instituto, tais como: água, luz, condomínio, limpeza e vigilância, utilização de equipamentos e despesas com expediente;
- (c) Tributos federais (PIS e COFINS), municipais e estaduais.

12 Contingência não provisionada – Emtel

A ação judicial objeto do Processo nº 803/95, da 26ª Vara Cível do Foro Central da Capital, diz respeito à desconstituição de títulos de crédito emitidos pela EMTTEL - Recursos Humanos e Serviços Terceirizados Ltda. e à cobrança de créditos pelo Metrus referentes ao contrato nº. MIS0000007 expirado em 06 de março de 1995. Tal empresa prestava serviços de mão de obra para o Programa Estadual "TURMA DA RUA", de responsabilidade da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, Patrocinadora Instituidora do Metrus e em última instância do Governo do Estado de São Paulo por força do Decreto nº. 26.952 de 10 de abril de 1987. A Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô delegou a gestão administrativa ao Metrus se encarregando de repassar os recursos financeiros originários do Tesouro do Estado para pagamento de todas as despesas decorrentes. O valor atribuído à causa, atualizado até 31 de dezembro de 2013, é, de acordo com estimativas dos patronos do Instituto no processo, de R\$ 228.483, sendo que sua posição atualizada é a de que em 27 de abril de 2011 foi publicado acórdão da 2ª Câmara de Direito Público suscitando Conflito de Competência, que foi autuado com o nº 0090222-34.2011.8.26.0000 e distribuído ao Desembargador Relator Ferreira Rodrigues, da Turma Especial - Direito Público, o qual foi julgado procedente, para fixar como competente para o julgamento do Agravo de Instrumento nº 9011485-29.2009.8.26.0000 a 2ª Câmara de Direito Público, em razão de sua prevenção. Suscitada Dúvida de Competência pela Emtel, autuada com o nº 0185081-71.2013.8.26.0000 e distribuída ao Relator Desembargador Evaristo dos Santos, o julgamento foi iniciado no dia 11/12/13, devendo ter sequência em 2014.

A ação judicial objeto do Processo nº 1694/98, da 15ª Vara Cível do Foro Central da Capital, também decorrente do Programa Estadual "TURMA DA RUA", diz respeito ao pleito da Emtel sobre o recebimento de todas as verbas que despendeu com as citadas reclamatórias, acrescidas da taxa de administração de 145% e demais encargos processuais, dando à causa o valor de R\$ 883 (histórico), atualizado até dezembro de 2013 - R\$ 2.331. Caso o Metrus tenha que suportar condenações judiciais derivadas do Programa "TURMA DA RUA" os recursos necessários para cumpri-las deverão ser suportados pelo Governo do Estado de São Paulo por meio de repasses de verbas à Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô. Todos os bens que compõem o patrimônio dos planos de benefícios de caráter previdenciário da Entidade integram as reservas técnicas garantidoras de suas obrigações perante seus participantes, nos termos do que dispõe a Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001.

13 Eventos Subsequentes

- a) Os Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios BVA Master I, II e III passaram a ter recuperação dos créditos provisionados nas cotas dos fundos no exercício de 2013 (conforme citado notas explicativas n.º 4.3.1.3 – item i) e repassar os recursos para o Instituto partir de janeiro de 2014.
- b) Conforme citado na Nota Explicativa nº 4.3.1.2 – item b, em 07 janeiro de 2014, a ação contra o Fundo Garantidor de Crédito - FGC foi julgada procedente, sendo o mesmo condenado a pagar a totalidade dos valores dos CDBs na quantia de R\$ 61.512, com correção monetária a partir de 14/9/2012. Ainda cabe recurso.

METRUS - Instituto de Seguridade Social

Diretoria Executiva


Fábio Mazzeo
Diretor Presidente


Valter Renato Gregori
Diretor Administrativo Financeiro


Fábio José do Nascimento
Diretor de Benefícios


Rosana Bucioliotti
Coordenadora de Controladoria
CRC 1SP 223847/O-0


Antonio Carlos Pereira
Gerente de Controladoria
CRC 1SP 200578/O-0

